

Grupo de Pesquisa  
Linguagem e Mídia Acessível

# GELIMA

## ANAIS


II SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA  
LINGUAGEM E MÍDIA ACESSÍVEL (GELIMA)

5, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2025

### APOIO



BAURU/SP  
2025



Seminário do Grupo de Pesquisa Linguagem e Mídia  
Acessível - Gelima (2. : 2025 : Bauru)  
Anais [recurso eletrônico] / do II Seminário do  
Grupo de Pesquisa Linguagem e Mídia Acessível - Gelima,  
Bauru, 5-12 nov. 2025 ; organizado por Suely Maciel e  
Guilherme Ferreira de Oliveira. - Bauru :  
UNESP/FAAC/Departamento de Ciências Humanas, 2025  
84 p. : il.

Disponível em:

<https://bibliotecafalada.unesp.br/difusao-do-conhecimen/ciclo-de-acessibilidade-e-seminarios/>

ISBN 978-65-88287-25-5

1. Acessibilidade. 2. Mídia. 3. Deficiência. I.  
Maciel, Suely. II. Título.

## **ORGANIZADORES**

Suely Maciel (Gelima/Biblioteca Falada/DCHU/PPGMiT/FAAC)

Guilherme Ferreira de Oliveira (Gelima/Biblioteca Falada/PPGCOM/FAAC)

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Guilherme Ferreira de Oliveira (Gelima/Biblioteca Falada/PPGCOM/FAAC)

Bárbara Viotto do Carmo (Gelima/PPGMiT/FAAC)

Suely Maciel (Gelima/Biblioteca Falada/DCHU/PPGMiT/FAAC)

## **DOCENTES COLABORADORES**

Karina Woehl de Farias (DARP/PPGMiT/FAAC)

Lúcia Pereira Leite (DPSI/PPGPDA/FAAC)

Roseane Andrelo (DARP/PPGCOM/FAAC)



## **AUTORES**

Amanda Menezes F. de Souza

Guilherme Ferreira de Oliveira

Maria Eugênia Porém

Barbara Viotto do Carmo

Guilherme Mori Magalhães

Mariana Gonçalves da Silva

Claudia Mialichi

Igor Augusto de C. Godoi

Matias Domingos Braço

Danilo de Oliveira

Isabelle Corrêa de Souza

Roseane Andrelo

Flávio Roberto Mota

José Roberto Escarabello Jr.

Sandra E.S.de Oliveira Martins

Gabriel Andrade D. Rezende

Jaqueline C. Castilho Moreira

Suely Maciel

Gabriele Lauriano Silva

Laura Missioneiro Pilotto

Tainá Bernardes E. Moreira

Giulia Moraes dos Santos

Lucas Capodeferro Nonato

Tharek Alves e Almeida

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
Guilherme Ferreira de Oliveira.....	5
Suely Maciel.....	5
<b>LINHA 1 - ACESSIBILIDADE MIDIÁTICA EM ESPAÇOS DE LAZER, CONSUMO, CULTURA E ÓCIO.....</b>	<b>7</b>
<b>Proposta de diretrizes de audiodescrição de roupas exibidas em imagens no ambiente digital.....</b>	<b>8</b>
Barbara Viotto do Carmo.....	8
Suely Maciel.....	8
<b>Jornal Vozes do Nicéia em Leitura Fácil: a regularização fundiária do bairro Jardim Nicéia reportada em formato acessível.....</b>	<b>12</b>
Gabriel Andrade Domingues Rezende.....	12
Suely Maciel.....	12
<b>Audiodescrição de personagens, cenários e objetos em videogames: desenvolvimento de um modelo de nota introdutória.....</b>	<b>15</b>
Guilherme Mori Magalhães.....	15
Suely Maciel.....	15
<b>Acessibilidade e hábitos de consumo de informação especializada em viagem, turismo, lazer e ócio por pessoas com deficiência visual.....</b>	<b>18</b>
Tharek Alves e Almeida.....	18
Suely Maciel.....	18
<b>Acessibilidade para pessoas com deficiência visual em publicações especializadas de viagem e turismo na web.....</b>	<b>21</b>
Isabelle Corrêa de Souza.....	21
Suely Maciel.....	21
<b>LINHA 2 - ACESSIBILIDADE MIDIÁTICA E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>25</b>
<b>Formação em produção de mídia sonora como recurso de acessibilidade no ambiente escolar.....</b>	<b>26</b>
Laura Missioneiro Pilotto.....	26
Suely Maciel.....	26
Lúcia Pereira Leite.....	26

<b>Linguagem de Fácil Compreensão aplicadas na metodologia de Audiodescrição de ambientes escolares.....</b>	<b>30</b>
Lucas Capodeferro Nonato.....	30
Suely Maciel.....	30
Lúcia Pereira Leite.....	30
<b>Interseccionalidade nas políticas de inclusão: A deficiência e o gênero no ensino superior.....</b>	<b>34</b>
Giulia Morais dos Santos.....	34
Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins.....	34
<b>Inclusão e Permanência de Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: Desafios e caminhos para uma educação universitária inclusiva.....</b>	<b>39</b>
Claudia Mialichi.....	39
Jaqueline Costa Castilho Moreira.....	39
<b>Audiodescrição no Ensino de Física: diretrizes para produção de roteiros com intencionalidade pedagógica.....</b>	<b>43</b>
Matias Domingos Braço.....	43
Suely Maciel.....	43
<b>LINHA 3 - ACESSIBILIDADE, RELAÇÕES PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES.....</b>	<b>47</b>
<b>Das organizações aos públicos com deficiência: um deslocamento de perspectiva não tão óbvio em Relações Públicas.....</b>	<b>48</b>
Guilherme Ferreira de Oliveira.....	48
<b>Oficina formativa em acessibilidade visual nas mídias sociais como prática de Relações Públicas Educativas.....</b>	<b>52</b>
Tainá Bernardes Esteves Moreira.....	52
Guilherme Ferreira de Oliveira.....	52
Suely Maciel.....	52
<b>Comunicação organizacional, diversidade e deficiência: perspectivas de gestoras/gestores de recursos humanos.....</b>	<b>55</b>
Gabriele Lauriano Silva.....	55
Maria Eugênia Porém.....	55
<b>Relações Públicas e Responsabilidade Social na promoção de ações de patrocínio para instituições de pessoas com deficiência.....</b>	<b>58</b>
Mariana Gonçalves da Silva.....	58
Guilherme Ferreira de Oliveira.....	58
Suely Maciel.....	58

**Dimensões técnica e participativa da acessibilidade em mídias sociais: apontamentos de públicos com deficiência visual..... 61**

Amanda Menezes Farias de Souza..... 61

Guilherme Ferreira de Oliveira..... 61

Suely Maciel..... 61

**Comunicação e Acessibilidade: a presença (ou não) da acessibilidade na comunicação de organizações da sociedade civil..... 65**

José Roberto Escarabello Junior..... 65

Roseane Andrelo..... 65

**LINHA 4 - PROJETOS DESENVOLVIDOS NA DISCIPLINA DESENHO UNIVERSAL E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA..... 69**

**Ampliação de acessibilidade no VS Code para programadores cegos..... 70**

Danilo de Oliveira..... 70

**O uso de impressão 3D como recurso adicional para alunos com deficiência visual..... 75**

Flávio Roberto Mota..... 75

**Aplicação da Leitura Fácil em slides de física óptica..... 79**

Igor Augusto de Carvalho Godoi..... 79

## APRESENTAÇÃO

Guilherme Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>  
Suely Maciel<sup>2</sup>

Ao longo de 12 anos, em parceria indissociável com o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mídia e Acessibilidade “Biblioteca Falada”, o Grupo de Pesquisa Linguagem e Mídia Acessível (Gelima/CNPq), na figura da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suely Maciel, acolheu dezenas de projetos de extensão, de pesquisas de iniciação científica, de trabalhos de conclusão de curso, de mestrado, de doutorado, de desenvolvimento tecnológico e de mobilidade internacional.

Todos os projetos desenvolvidos no âmbito do Gelima são conduzidos com base no princípio de que a acessibilidade, nos mais diversos formatos, é um princípio ativo dos direitos humanos e da cidadania (Greco, 2016). Interessa ao grupo não somente analisar os processos comunicacionais e midiáticos: busca-se também propor, para e em conjunto com a sociedade, caminhos que promovam a inclusão social de todos os indivíduos, a partir de soluções acessíveis. Quase como um manifesto, os membros do Gelima acreditam na filosofia e na ética do acesso como perspectivas-guia para a celebração da diversidade de corpos e mentes e para a construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Os trabalhos ora apresentados no II Seminário de Pesquisa foram divididos em quatro principais linhas, relacionadas às sessões de apresentação e discussão: 1) Sessão do dia 05 de novembro: Acessibilidade midiática em espaços de lazer, consumo, cultura e ócio; 2) Sessão do dia 11 de novembro: Acessibilidade midiática e inclusão no ambiente escolar; 3) Sessão assíncrona: Acessibilidade, Relações Públicas e organizações; e 4) Sessão do dia 12 de novembro: Projetos desenvolvidos na disciplina Desenho Universal e recursos de acessibilidade na comunicação midiática.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela mesma instituição. Vice-líder do Gelima. [guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br)

<sup>2</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

Cada uma das três primeiras linhas contempla os fios condutores das pesquisas desenvolvidas pelos membros do Gelima, considerando a diversidade de áreas de formação e a interdisciplinaridade como fatores transversais nas pesquisas em acessibilidade e inclusão. Apesar das diferentes abordagens nas pesquisas e das *expertises* dos autores, todos compartilham algo em comum: a inquietação quanto à falta de acessibilidade nos mais diversos espaços. Isso provém principalmente, dentre outros fatores, da formação diferenciada que cada estudante/pesquisador teve ao passar pela Unesp de Bauru, pelo Gelima e pelo Laboratório Biblioteca Falada.

Para muitos, estes foram os espaços em que tiveram contato com o tema pela primeira vez e, após isso, não foi possível mais “desver” os problemas que a sociedade (re)constrói diariamente, quando em interação com corpos e mentes diversas. Como resultado, a palavra da acessibilidade correu pelos corredores da Unesp, pelas salas virtuais do Google Meet durante a pandemia e nas discussões em sala de aula. Dessa maneira, as pesquisas aqui apresentadas tomaram corpo e forma, motivadas pelo profundo questionamento sobre as condições de acesso e a vontade ativa de transformar a realidade e o meio social.

Em meio às turbulências das rotinas acadêmicas e profissionais, as convocações para reuniões, as madrugadas de estudo e o isolamento das trajetórias acadêmicas, o seminário emerge como um espaço de troca e acolhimento entre os membros do Gelima.

Ao final, resta-nos o agradecimento pelas orientações, discussões, risadas e experiências compartilhadas no Gelima, que certamente contribuem para a formação de todos os membros enquanto pesquisadores, profissionais e pessoas mais comprometidas com a transformação social e a promoção da acessibilidade e da inclusão por onde passam.

*Organizadores*

Guilherme Ferreira de Oliveira

Suely Maciel

## **LINHA 1 - ACESSIBILIDADE MUDIÁTICA EM ESPAÇOS DE LAZER, CONSUMO, CULTURA E ÓCIO**

## Proposta de diretrizes de audiodescrição de roupas exibidas em imagens no ambiente digital<sup>3</sup>

Barbara Viotto do Carmo<sup>4</sup>  
Suely Maciel<sup>5</sup>

### Introdução

Esta pesquisa compreende o conceito de acessibilidade a partir da perspectiva da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a qual a define como a condição de acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade ao uso seguro e autônomo de todos os âmbitos do meio social (Brasil, 2015). Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a acessibilidade também deve ser considerada no contexto da moda, promovendo às pessoas com deficiência o acesso pleno ao consumo de vestuário e aos conteúdos relacionados ao tema.

Uma das maneiras de promover esse acesso é por meio dos recursos de acessibilidade midiática, área responsável por desenvolver estratégias que possibilitam o acesso à mídia, bem como o acesso a produtos e serviços não midiáticos pela mídia (Greco; Jankowska, 2020). Dentre essas soluções, destacamos a audiodescrição (AD) (Jankowska, 2019), recurso de tradução intersemiótica que transforma informação visual em informação verbal, podendo ser aplicada em diversos contextos, inclusive nos meios digitais.

No caso dos conteúdos relacionados à moda, a AD tem especial relevância, considerando a centralidade da dimensão visual do vestuário (Santaella, 2023). Diante disso, temos o objetivo de propor diretrizes para a criação e a implementação de audiodescrição de roupas expostas em imagens de páginas de produtos em lojas on-line de vestuário.

---

<sup>3</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), processo nº 88887.194963/2025-00.

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Graduada em Relações Públicas pela mesma instituição. [barbara.viotto@unesp.br](mailto:barbara.viotto@unesp.br)

<sup>5</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

## **Percurso metodológico**

A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, envolveu revisão bibliográfica, estudo de caso e investigação de campo. A partir da etapa de revisão bibliográfica, desenvolvemos uma proposta de glossário de termos relacionados ao vestuário, que serviu de base para a elaboração das audiodescrições. Essa iniciativa surgiu da necessidade de um material de referência que reunisse os principais conceitos e expressões utilizados nas AD, visto que, embora existam alguns glossários sobre o tema, eles não contemplam todos os termos utilizados. Por exemplo, o manual sobre tecidos não trata de cortes, enquanto os materiais sobre estilos não definem padrões ou estampas.

A etapa de pesquisa de campo foi conduzida principalmente para aprofundar a compreensão do tema, uma vez que a produção científica analisada na revisão bibliográfica não foi suficiente para orientar e fundamentar o desenvolvimento do produto final, em termos de o quê e como descrever. Isso se deve ao caráter exploratório dos estudos existentes, que raramente abordam diretamente audiodescrição na moda. Assim, buscamos compreender os hábitos de consumo de vestuário e de informação de moda de oito participantes com deficiência visual (baixa visão ou cegueira). O corpus foi formado por meio do método “bola de neve”, baseado em cadeias de referência (Vinuto, 2014).

Além disso, analisamos sites de lojas e publicações de moda para identificar a presença de audiodescrição nos conteúdos. O que incluiu cinco publicações, sendo as marcas C&A, Renner e Shein (mencionadas nas entrevistas), a revista Marie Claire e a influenciadora Stephanie Marques (selecionadas intencionalmente, já que não foram citadas nas entrevistas).

Os resultados evidenciaram a relevância da dimensão visual da moda na experiência das pessoas com deficiência visual. Os entrevistados relataram a falta de acessibilidade tanto no consumo de vestuário quanto no acesso à informação de moda, associando isso, entre outros fatores, à ausência de audiodescrição. Isso foi corroborado na análise dos sites e publicações que não apresentavam recursos de AD. Esse cenário motivou o desenvolvimento de protótipos de audiodescrição, posteriormente avaliados por pessoas com deficiência visual em um grupo focal.

Ao final, foi elaborada uma proposta de diretrizes para a aplicação de AD em imagens de lojas on-line. A escolha por esse recorte se deveu ao fato de terem sido as mídias mais mencionadas nas entrevistas, superando revistas e influenciadores, por exemplo.

## Resultados e discussão

Para a elaboração dos protótipos nos baseamos na bibliografia especializada sobre AD – como em Dávila-Montes e Orero (2016), Maciel e Caruso (2017) e Fryer (2021) –, terminologia técnica sobre vestuário, bem como nas preferências os entrevistados na etapa de pesquisa sobre hábitos de consumo. A proposta inicial (Quadro 1) previu um texto alternativo (breve e objetivo, contendo somente as informações mais notórias da peça) e uma audiodescrição detalhada (inserida na seção de especificações do produto, seção presente em todas as páginas de produtos analisadas). Ambos os textos consideravam características como cor, textura, tipo de tecido, modelagem, estampa, corte, silhueta e estilo. Na avaliação do grupo focal, identificamos não haver necessidade de incluir texto alternativo, visto que repetiria informações e tornaria a experiência cansativa.

Quadro 1 - Exemplo de protótipo: antes e depois do grupo focal

<p><b>Blazer acinturado em ponto Roma xadrez com botão único cinza - Renner</b></p> <p><b>Alt text:</b> Foto - mulher com blazer em malha grossa, estampa xadrez, marrom, bege e cinza, dois botões na vertical.</p> <p><b>AD:</b> Blazer de comprimento médio, em malha grossa e rígida com estampa príncipe de Gales, xadrez de linhas finas próximas umas das outras, em marrom, bege e cinza, e estilo tradicional. Corte ajustado ao corpo, com cintura sutilmente marcada. Abertura frontal com dois botões médios em marrom dispostos na vertical. Bolsos com abertura horizontal invisível nas laterais.</p> <p>Caracteres: 365.</p>	<p><b>Blazer acinturado em ponto Roma xadrez com botão único cinza - Renner</b></p> <p><b>AD:</b> Blazer de comprimento até abaixo do quadril, cintura sutilmente marcada em malha grossa e rígida com estampa príncipe de Gales, xadrez de linhas finas próximas umas das outras, em marrom, bege e cinza, estilo tradicional. Abertura frontal com dois botões médios em marrom na vertical. Bolsos laterais, sem aba com abertura horizontal.</p> <p>Caracteres: 334.</p>
--	--

Fonte: autoria própria, 2025.

Dentre as demais sugestões, destacamos: a) evitar redundâncias em relação às informações já apresentadas no título do produto; b) usar termos técnicos com parcimônia, explicando-os, quando não são de uso popular. Somado a essas orientações, recomendamos que a AD seja um texto conciso, em ordem direta, sem gerúndios, interpretações, comentários subjetivos ou atribuição de juízo de valor às imagens.

## Considerações finais

A pesquisa foi concluída e o objetivo de propor diretrizes para a criação e implementação da audiodescrição de roupas exibidas em imagens de páginas de produtos em lojas on-line de vestuário foi alcançado. Apesar de apresentar limitações quanto ao número de pessoas entrevistadas e participantes do grupo focal, tais restrições foram consideradas aceitáveis diante do caráter exploratório do estudo. Além disso, os resultados obtidos abrem possibilidades para pesquisas futuras relacionadas ao uso da audiodescrição em outros segmentos da moda, como em conteúdos editoriais, desfiles e no varejo presencial.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16452: **Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição**. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL, Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 06 jul. de 2015.

DÁVILA-MONTES, J; ORERO, P. Audio description washes brighter? A study in brand names and advertising. In: MATAMALA, A.; ORERO, P. **Researching audio description: New approaches**, 2016.

FRYER, L. Introducing a social model of media accessibility. In IAMCR 2021 Conference – Rethinking borders and boundaries: Beyond the global/local dichotomy in communication studies. **Book of abstracts [...]**, Nairobi, Quênia, 2021.

GRECO, G. M.; JANKOWSKA, A. Media accessibility within and beyond audiovisual translation. In: BOGUCKI, Łukasz; DECKERT, Mikołaj. (Eds.). **The Palgrave handbook of audiovisual translation and media accessibility**, p. 57-81, Palgrave Macmillan Cham, Londres: 2020.

JANKOWSKA, A. Audiovisual media accessibility. In: ANGELONE, Erik et al. (Eds.). **The Bloomsbury companion to language industry studies**, p. 231-259, Londres: 2019.

MACIEL, S.; CARUSO, F. N. O. Audiodescrição de personagens como recurso de acessibilidade à telenovela brasileira. In: VILLELA, L. M. (Org.). **Acessibilidade audiovisual: produção inclusiva nos contextos acadêmicos, culturais e nas plataformas web**. Bauru: Canal6 Editora, 2017, p. 113-126.

SANTAELLA, L. **A moda é sintoma da cultura?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

## **Jornal *Vozes do Nicéia* em Leitura Fácil: a regularização fundiária do bairro Jardim Nicéia reportada em formato acessível<sup>6</sup>**

Gabriel Andrade Domingues Rezende<sup>7</sup>  
Suely Maciel<sup>8</sup>

### **Introdução**

O jornalismo comunitário, um modo de comunicação e organização comunicacional em territórios periféricos criado com o objetivo de atender as demandas locais e que pode ser entendido como uma ferramenta de contranarrativa à mídia hegemônica, sem vínculo comercial, no que diz respeito à produção de informação sobre territórios socialmente marginalizados (Silva, 2021), pode enfrentar dificuldades quanto ao engajamento e participação da comunidade. Isso fica mais preocupante quando se observa os dados sobre analfabetismo no Brasil.

Nesse sentido, iniciativas que ofereçam apoio, isto é, algo desenvolvido para que alguma pessoa que tenha dificuldade de leitura e compreensão possa fazer o que necessita ou o que quer, sem dificuldade ou com menos dificuldade (Nielsen, 2022), podem vir a ser importantes para o engajamento das comunidades nos veículos dirigidos a elas/ feitos por elas. Um desses recursos é o sistema Leitura Fácil, um método de adaptação de textos para facilitar a sua compreensão para pessoas com deficiência intelectual ou dificuldades leitoras (Nielsen, 2022).

Diante do exposto, este Trabalho de Conclusão de Curso visou a aplicação da Leitura Fácil em um produto de jornalismo comunitário, propondo, assim, um fazer jornalístico que associe as propostas de atualizar e reforçar os laços comunitários e de reivindicar interesses e direitos locais, bem como de superar barreiras comunicacionais. O produto consiste em uma edição impressa em Leitura Fácil do jornal *Vozes do Nicéia*, Projeto de Extensão Universitária da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) de jornalismo comunitário, que aborda o processo de regularização fundiária do Jardim Nicéia.

---

<sup>6</sup> Pesquisa parcialmente financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2023-2024).

<sup>7</sup> Graduando em Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [gabriel.rezende@unesp.br](mailto:gabriel.rezende@unesp.br)

<sup>8</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

## **Percurso metodológico**

A metodologia de execução deste trabalho consiste nas fases de pré-produção, produção e pós-produção, as quais incluem tarefas, como: organização de cronograma e de leituras de pesquisa, apuração, realização de entrevistas, redação e validação das reportagens e a diagramação do produto. Essas reportagens foram redigidas, diagramadas e validadas tendo como base as diretrizes da Leitura Fácil, perpassadas pela gramática, ortografia, vocabulário, pelos recursos imagéticos e pelo design, conforme recomendam Muñoz (2014), Nielsen (2022), Pires *et al.* (2023) e Rayado *et al.* (2018). O processo de validação, etapa em que os públicos da Leitura Fácil propõem soluções e tornam o conteúdo mais eficaz, ocorreu em dois encontros, um com um grupo de moradores do Jardim Nicéia e outro com alunos do Polo IX do Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA), localizado no bairro Parque das Nações. Os validadores propuseram a mudança do título de uma reportagem, recomendaram a colocação de quadros explicativos e a adoção de fontes maiores.

## **Resultados e discussão**

O produto fruto deste trabalho é uma edição impressa do *Vozes do Nicéia*, em formato tablóide, de 20 páginas, composta por três reportagens. Foram escolhidos dois designs para as páginas, o modelo com coluna única, utilizado na maioria das páginas, e o modelo com duas colunas, usado em quatro páginas. No primeiro, a coluna ocupa três quartos da página, da esquerda para a direita, onde são colocados o texto e imagem da reportagem, sendo o último quarto da página reservado para a apresentação de pequenos quadros explicativos para termos ou conceitos técnicos conforme recomendaram os validadores. No segundo, as páginas foram divididas em duas colunas, onde foi colocado o conteúdo da reportagem. A fonte escolhida para todo o material foi *Arial*, pois ela é uma fonte sem serifa, e os tamanhos para títulos, subtítulos e textos corridos foram, respectivamente, 30, 24 e 18. Para os dois modelos, foram aplicadas margens e espaçamento entre parágrafos amplos.

Nas edições convencionais do *Vozes do Nicéia*, as páginas possuem quatro colunas, o tamanho da fonte para o texto corrido é 14 e há maior presença de orações não organizadas na ordem direta, bem como maior recorrência do emprego da vírgula para a delimitação de conteúdo.

## Considerações finais

O presente trabalho teve como propósito aplicar as diretrizes do método de Leitura Fácil em um produto de jornalismo comunitário. Para isso, foi desenvolvida uma edição especial do jornal *Vozes do Nicéia*, dedicada ao tema da regularização fundiária do Jardim Nicéia.

Por ter sido redigida, diagramada e validada tendo como base as diretrizes da Leitura Fácil, a edição do jornal resultou na oferta de apoios para que as pessoas que tenham dificuldade de leitura e compreensão superem barreiras comunicacionais. Logo, é possível dizer que a aplicação da Leitura Fácil em um produto de jornalismo comunitário permitiu o desenvolvimento de um fazer jornalístico que uniu os propósitos relacionados a esse tipo de jornalismo com a preocupação com a criação de conteúdos mais acessíveis.

Ficou demonstrado, também, que a adoção da Leitura Fácil tem o potencial de fortalecer o trabalho desenvolvido pelo *Vozes do Nicéia* e, inclusive, a própria comunidade. Ao permitir a publicação de materiais mais acessíveis, a aplicação da Leitura Fácil proporciona melhores condições para que os moradores do bairro acessem e compreendam conteúdos sobre o Jardim Nicéia e, conseqüentemente, participem de maneira ativa de processos decisórios coletivos, fortalecendo ainda mais o laço entre a comunidade.

## Referências

- NIELSEN, Clara. **Manual de Lectura Fácil**: cómo escribir textos accesibles para personas con dificultades lectoras. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Visibilia, 2022.
- MUÑOZ, Óscar García. **Lectura Fácil**: Guías prácticas de orientaciones para la inclusión educativa. Madrid: Secretaría General Técnica (Ministério de Educación, Cultura y Deporte), 2014.
- PIRES, Vanessa de Oliveira *et al.* **Manual de Leitura Fácil para educadores**. Pelotas, RS: Editora IFSul, 2023.
- SILVA, Thaís Cavalcante da. O papel das novas tecnologias no jornalismo comunitário: Voz das Comunidades, do impresso ao digital. **Revista de Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 10-33, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcd/article/view/62011>. Acesso em 21 out. 2025.
- RAYADO, Ana Gallardo *et al.* **Validación de textos en lectura fácil**: aspectos prácticos y sociolaborales. 1.ed. Madrid: Plena Inclusión Madrid, 2018.

## **Audiodescrição de personagens, cenários e objetos em videogames: desenvolvimento de um modelo de nota introdutória<sup>9</sup>**

Guilherme Mori Magalhães<sup>10</sup>

Suely Maciel<sup>11</sup>

### **Introdução**

Os jogos de videogame representam um segmento da indústria de entretenimento em plena expansão (Zhang; Mangiron, 2025) e, ainda que os *games* sejam reconhecidos como válidas fontes de lazer e meios de expressão cultural e identitária, a abertura destes mundos virtuais aos jogadores com deficiência ainda é um processo em consolidação. Embora muitas sejam as iniciativas para a inclusão dessa parcela de jogadores, como o estabelecimento de diretrizes de acessibilidade e a utilização articulada de elementos sonoros e táteis, a audiodescrição segue sendo um recurso pouco utilizado (Zhang; Mangiron, 2025). Estudos que foram ao encontro das demandas da comunidade de jogadores com deficiência identificaram que o interesse pela audiodescrição nos *games* visa, principalmente, a obtenção de informações acerca de objetos, cenários e personagens, podendo não somente aprimorar a experiência de pessoas que já consomem este tipo de mídia, como também introduzir mais jogadores neste universo (Larreina-Morales; Mangiron, 2024).

Esta pesquisa de mestrado objetivou propor um modelo que permitisse implementar a audiodescrição de personagens, cenários e objetos de videogames em contextos além de *cutscenes* e trailers nos games.

### **Percurso metodológico**

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, o processo metodológico assumiu abordagem qualitativa e caráter exploratório, lançando mão de técnicas de pesquisa bibliográfica, com revisão narrativa de literatura, e documental. O método *Design Thinking* serviu de base para o

---

<sup>9</sup> Pesquisa financiada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp (PROPG) (2024-2025), Edital nº 08/2024 e realizada parcialmente na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

<sup>10</sup> Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [guilherme.m.magalhaes@unesp.br](mailto:guilherme.m.magalhaes@unesp.br)

<sup>11</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

desenvolvimento e prototipação do modelo de audiodescrição de personagens, cenários e objetos proposto. Segundo Brown (2008), o *Design Thinking* pode ser entendido como uma metodologia centrada no usuário, que alia o saber técnico e científico às experiências tácitas dos usuários para alcançar soluções adequadas à realidade e demandas do público.

A prototipagem se deu a partir de um modelo de audiodescrição em nota introdutória para personagens da teledramaturgia descrito por Maciel e Caruso (2017). A partir da pesquisa bibliográfica e documental, o modelo foi adaptado à realidade dos *games* e aplicado no jogo *Mortal Kombat 1* combinando narração da descrição, trilha sonora e trechos da voz original dos personagens. Uma vez desenvolvida a primeira versão do protótipo, ela foi submetida à avaliação dos públicos por meio de um grupo focal e entrevistas individuais.

O grupo focal foi realizado em plataforma online e contou com a participação de cinco usuários de audiodescrição com deficiência visual. As entrevistas individuais foram realizadas com quatro especialistas em audiodescrição espanhóis.

## **Resultados e discussão**

A análise dos resultados indicou que o formato de audiodescrição em nota introdutória foi adequado e bem recebido pelos usuários e especialistas. Quanto à escrita do roteiro, pôde-se entender que a descrição de cada elemento (personagem, cenário ou objeto) deve privilegiar as características mais significativas e distintivas, evitando a sobrecarga de informação e mantendo a duração média de um minuto e meio. Essas características devem ser escolhidas com base no contexto do jogo, características marcantes dos personagens, aspectos da jogabilidade e narrativa, bem como o contato com a equipe de desenvolvedores do *game*. Ainda, é essencial que a descrição se inicie com uma introdução objetiva, que situe instantaneamente o jogador quanto ao elemento descrito.

Quanto à forma de implementação da audiodescrição, as avaliações apontaram aos menus relativos à exploração do mundo de jogo. É importante que a reprodução da AD seja opcional e adaptável, com controles de velocidade e volume para garantir a autonomia do jogador.

## Considerações finais

A presente pesquisa verificou que, assim como identificado no contexto internacional, a audiodescrição de personagens, cenários e objetos em games é uma demanda latente para jogadores com deficiência brasileiros. A implementação deste recurso pode aprofundar a identificação do jogador, expandir o repertório de jogos e gêneros, atrair novos jogadores e promover a socialização e inclusão em comunidades virtuais e analógicas. Ao longo do processo metodológico, foi destacada a importância do contato com as equipes de desenvolvimento dos *games*, situando criação da audiodescrição como uma etapa preferencialmente paralela à criação do jogo em si para uma implementação coesa.

Ainda, a recepção positiva do protótipo indica que a adaptação de modelos já consolidados de audiodescrição pode ser um caminho proveitoso para enfrentar os desafios para a ampliação do uso da AD em *games*. Ainda que o protótipo desenvolvido para o jogo *Mortal Kombat 1* não dê conta de abarcar as especificidades de todos os títulos disponíveis no universo dos *games*, entendemos que a pesquisa possibilitou medir a pertinência da audiodescrição em nota introdutória neste contexto, abrindo espaço para o estudo desta modalidade em outros títulos e gêneros de videogames, bem como o uso integrado com outras tecnologias para fazer avançar a acessibilidade nos jogos eletrônicos, a comunidade de jogadores com deficiência e o compartilhamento das formas digitais de lazer.

## Referências

BROWN, T. Design thinking. **Harvard Business Review**, v. 86, n. 6, 2008.

LARREINA-MORALES, M. E.; MANGIRON, C. Audio description in video games? Persons with visual disabilities weigh in. **Universal Access in the Information Society**, v. 23, n. 2, p. 577-588, 2024.

MACIEL, S.; CARUSO, F. N. O. Audiodescrição de personagens como recurso de acessibilidade à telenovela brasileira. In: VILLELA, L. M. (Org.). **Acessibilidade audiovisual: produção inclusiva nos contextos acadêmicos, culturais e nas plataformas web**. Bauru: Canal6 Editora, 2017, p. 113-126.

ZHANG, X.; MANGIRON, C. Audio description in video games: translation or creation? **Babel**, v. 71, n. 4, p. 527-547, 2025.

## **Acessibilidade e hábitos de consumo de informação especializada em viagem, turismo, lazer e ócio por pessoas com deficiência visual<sup>12</sup>**

Tharek Alves e Almeida<sup>13</sup>

Suely Maciel<sup>14</sup>

### **Introdução**

Esta pesquisa busca realizar o levantamento dos hábitos de consumo de informação por parte de pessoas com deficiência visual, de forma a compreender como é a aderência do público a conteúdos informativos especializados em viagens e turismo, uma vez que o conhecimento antecipado é imprescindível para o planejamento das atividades turísticas, com segurança, pelas pessoas com deficiência (Domínguez Vila; Alén González; Darcy, 2020; Maciel, 2022).

Segundo Domínguez Vila, Alén González & Darcy (2020), jornais e revistas físicas, e posteriormente com o avanço da digitalização, sites da internet especializados em informações sobre viagem, têm papel fundamental na hora da escolha de algum destino turístico, visto que é por eles que serão tomados os conhecimentos acerca do local, da hospedagem, de restaurantes, padarias e diversos outros comércios, de rotas, e no caso, da acessibilidade disponibilizada em todos os tópicos.

Para a compreensão da inserção da acessibilidade neste meio, a pesquisa sobre hábitos de consumo consegue vislumbrar um cenário prático de como é a situação das informações oferecidas nos meios de comunicação, e como proposto por Hasebrink e Domeyer (2012), de maneira a aglutinar produtos transmidiáticos, para que haja uma abrangência maior na hora de levantar os hábitos, e assim conseguir perceber a existência, ou não, de possíveis complementações entre os produtos midiáticos.

Este trabalho busca traçar um panorama sobre as principais publicações consumidas e se estas atendem às demandas por informação por parte do público. Para compreender como aperfeiçoar a produção midiática para esta audiência, é necessário compreender como elas a

---

<sup>12</sup> Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2024-2025).

<sup>13</sup> Graduando em Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [tharek-alves.almeida@unesp.br](mailto:tharek-alves.almeida@unesp.br)

<sup>14</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

consomem e como constroem seus repertórios informativos, dando espaço para que elas sejam protagonistas e possam nortear as pesquisas de maneira que seja possível um retorno prático.

### **Percursos metodológico**

Tendo como baliza a Teoria do Repertório Informacional (Haage, 2020), foi aplicado um questionário semiestruturado com 26 questões (abertas e múltipla resposta), conforme modelo desenvolvido por Maciel (2022), entre pessoas com deficiência visual, numa abordagem qualitativa e amostragem não-probabilística, por conveniência e com a técnica de bola de neve (Vinuto, 2014).

A aplicação do formulário ocorreu de forma presencial e de forma online, com a mediação da instituição Lar Escola Santa Luzia Para Cegos, em Bauru, SP. Alguns questionários foram enviados online e outros foram aplicados presencialmente, pelo pesquisador. Os resultados foram tratados segundo a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016).

### **Resultados e discussão**

Foram obtidas 21 respostas com o formulário. Os dados socioeconômicos revelam maioria do gênero masculino (76,2), com idade acima dos 30 anos e renda familiar entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil (70%). A maioria (57,1%) viaja uma ou duas vezes ao ano, enquanto 23,8% não viajam nunca. A pesquisa ratificou os dados da literatura, uma vez que, entre os que viajam, 61,9% disseram planejar a viagem com antecedência e 70% atribuíram “muita importância” à informação prévia no planejamento de uma viagem, excursão ou outra atividade turística.

Dentre as fontes utilizadas, o destaque foi para os buscadores como Google e Bing, seguidos pelas mídias sociais, enquanto o tipo de informação mais procurada diz respeito a estabelecimentos de alimentação (71,4%), atrações nos destinos, como museus (61,3%) e estrutura, instalações e serviços (57,1%). Quanto às fontes de informação específicas, somente três participantes souberam citar nomes; a maioria restante respondeu que faz buscas aleatórias, não faz esse tipo de busca e/ou recorre ao auxílio de alguém, como um familiar, quando precisa de alguma informação. Mesmo considerando a informação imprescindível para as atividades de turismo, cerca de um terço dos respondentes disseram não se interessar pelos conteúdos do segmento e, entre os que se interessam, somente dois afirmaram conseguir encontrar o que desejam. Os demais afirmaram que a falta de

acessibilidade em plataformas e formatos é um grande empecilho, ora impedindo o acesso às informações, ora comprometendo a autonomia e a independência da pessoa com deficiência, que tem de recorrer a terceiros.

Entre os que consomem publicações do segmento e apontam a falta de acesso como um problema, as principais queixas recaem sobre a ausência de audiodescrição em imagens e vídeos, um tipo de conteúdo bastante marcante no segmento informativo sobre viagens e turismo (Ferreira; Oliveira; Maciel, 2021).

### **Considerações finais**

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, foi possível compreender que os hábitos de busca de informação especializada em viagens e turismo entre as pessoas com deficiência visual são bastante afetados pelas condições de acesso, principalmente ausência de alternativa acessível aos formatos icônicos e audiovisuais, o que acaba impedindo o consumo das publicações com autonomia e independência ou simplesmente inviabilizando este totalmente.

### **Referências**

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- DOMÍNGUEZ VILA, T., ALÉN GONZÁLEZ, E.; DARCY, S. Accessibility of tourism websites: the level of countries' commitment. **Univ Access Inf Soc**, n. 19, p. 331–346, 2020.
- FERREIRA, M.; OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S. A mensagem fotográfica no jornalismo de viagens: metodologia qualitativa para avaliação de alternativas textuais. **Cambiassu**, v. 16, p. 44, 2021.
- HAAGE, A. The Information Repertoire of People with Disabilities. In: ANTONA, M.; STEPHANIDIS C. (eds) **Universal Access in Human-Computer Interaction**. Applications and Practice. HCII 2020. Lecture Notes in Computer Science, v.1, 12189. Springer, Cham., 2020.
- HASEBRINK, U.; DOMEYER, H. Media repertoires as patterns of behaviour and as meaningful practices: A multimethod approach to media use in converging media environments. **Participations**, v. 9, n. 2, p. 757-779, 2012.
- MACIEL, S. **Hábitos de consumo de informação sobre viagens e turismo por parte das pessoas com deficiência visual na Espanha**. São Paulo: Relatório de Pesquisa Fapesp, 2022.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Tematicas**, v. 22, n. 44, 2014.

## **Accessibilidade para pessoas com deficiência visual em publicações especializadas de viagem e turismo na web<sup>15</sup>**

Isabelle Corrêa de Souza<sup>16</sup>

Suely Maciel<sup>17</sup>

### **Introdução**

No Brasil, o Turismo tem gerado um forte impacto econômico (Ministério do Turismo, 2024), sendo a comunicação especializada em turismo e viagens uma forma fomento ao setor e de acesso a informações sobre destinos e viagens, especialmente na Internet. Entretanto, menos de 3% dos *websites* no país são acessíveis para pessoas com deficiências (Movimento Web para Todos, 2024). Tal problemática se estende a *websites* voltados ao turismo e viagens, como evidenciam os estudos de Melo e Silveira (2013) e de Maciel et al. (2022).

Percebe-se então a necessidade da implementação de acessibilidade nos meios e conteúdos na *web*. Além disso, é dever do Estado, da sociedade e de organizações, privadas ou não, garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso à comunicação e informação (Brasil, 2015). Logo, o objetivo deste trabalho é realizar um diagnóstico dos recursos de acessibilidade à comunicação e à informação presentes na comunicação digital especializadas em viagens e turismo, em especial aqueles voltados ao público com deficiência visual.

### **Percursos metodológico**

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e diagnóstico, foi conduzida uma revisão bibliográfica narrativa (Lima; Miotto, 2007). Segundo levantamento das publicações de turismo e viagens, a partir dos resultados de um questionário aplicado na pesquisa “Acessibilidade à informação especializada em viagem, turismo, lazer e ócio: levantamento de hábitos de consumo de pessoas com deficiência visual” (Almeida; Maciel, 2025). Como critério de seleção das publicações, considerou-se o

---

<sup>15</sup> Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2024-2025).

<sup>16</sup> Graduanda em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [isabelle.c.souza@unesp.br](mailto:isabelle.c.souza@unesp.br)

<sup>17</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

maior tráfego online em Junho de 2025 (segundo a plataforma *Similarweb*).

Por fim, as publicações passaram por uma análise em duas etapas: uma automática, conduzida com o *software AccessMonitor*, que traz uma nota média de conformidade em relação aos critérios da *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG); e outra manual, utilizando um leitor de tela. Foi verificada a presença de recursos de acessibilidade e o cumprimento de critérios de acessibilidade *web*. Os parâmetros utilizados são a WCAG, as diretrizes estabelecidas na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a ABNT NBR 17225 “Acessibilidade em conteúdo e aplicações *web*-Requisitos”.

## Resultados e discussão

O corpus de análise foi composto pelos agregadores de viagem Booking e Decolar e os blogs Viaje na Viagem e 4 Patas pelo Mundo, sendo o último produzido por uma pessoa com cegueira. Nos resultados da análise automática foi constatado que todos os *websites* atingiram médias de conformidade acima de 6.0, na maioria de suas páginas, sendo os *websites* Decolar e *Viaje na Viagem* como os mais mal avaliados, não alcançando nenhuma nota de conformidade igual ou acima de 7.0. Todos os *websites* desrespeitam critérios de nível A e AA da WCAG. Já a análise manual, confirmou os resultados. Destaca-se o *blog 4 Patas pelo Mundo* que se revelou menos acessível do que supunha-se.

Destaca-se que nenhuma das plataformas e publicações analisadas apresenta imagens com descrições satisfatórias ou mapas que respeitem os critérios de acessibilidade *web*, prejudicando a experiência do usuário e tornando-o vulnerável ao escolher hospedagens e destinos. Também foi observado que certos *websites* possuíam áreas inacessíveis por meio de teclado, formulários sem orientações de preenchimento, organização hierárquica desordenada e/ou armadilhas de foco, podendo levar o usuário a desistir de utilizá-los e a perda de todo um grupo de consumidores.

Todas essas práticas inacessíveis dificultam o planejamento de viagens e o acesso à informação e à comunicação sobre turismo para esse público, impossibilitando que usufruam da esfera digital e do turismo. Logo, nota-se que as comunicações digitais especializadas em turismo e viagens investigadas possuem uma visão normativa em relação à idealização do seu público consumidor (Ferreira; Vicente, 2021), deixando de reconhecer pessoas com deficiência visual como público consumidor.

## Considerações finais

Considera-se alcançado o objetivo de realizar uma taxonomia e um diagnóstico dos recursos de acessibilidade à comunicação e à informação presentes na comunicação digital de produções especializadas em viagens e turismo, com foco no público com deficiência visual. A partir dos resultados, identificou-se a ausência de acessibilidade nas comunicações digitais especializadas em turismo e viagens analisadas, sendo as principais barreiras encontradas: ausência de descrições adequadas nas imagens; mapas sem descrição dos campos interativos; áreas não acessíveis por teclado; cabeçalhos desestruturados; formulários sem orientações de preenchimento; armadilhas de foco.

Já as discussões evidenciaram que o público com deficiência visual não é visto como potencial consumidor nas comunicações digitais especializadas em viagens e turismo, tendo sua participação no espaço digital inviabilizada. Ademais, pontua-se o dever dos comunicadores e produtores especializados em viagem e turismo em assegurar a acessibilidade em suas produções e a necessidade do setor turístico rever sua visão de público imaginado e alterá-la, passando a reconhecer o público com deficiência visual como consumidor. Por fim, algumas limitações enfrentadas foram: a) impossibilidade de analisar com maior profundidade as páginas; b) a falta de conhecimento técnico em programação.

## Referências

ALMEIDA, T. A.; MACIEL, S. Acessibilidade à informação especializada em viagem, turismo, lazer e ócio: levantamento de hábitos de consumo de pessoas com deficiência visual. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 37., 2025, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL **Tendências de turismo**: comportamento da população brasileira. Ministério do Turismo, 2024.

FERREIRA, M.; VICENTE, M. M. A produção do sentido no ciberjornalismo inacessível e os prejuízos à participação social de pessoas com deficiência visual. **Culturas Midiáticas**, v. 15, p. 149-167, 2021.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MACIEL, S. et al. Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em cadernos digitais de viagens e turismo: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Passagens**, 2022.

MELO, F. V. S.; SILVEIRA, D. S. Os cegos conseguem ‘enxergar’ destinos turísticos na Internet? Uma análise da acessibilidade dos websites oficiais dos estados brasileiros. **Revista B. de Pesquisa em Turismo**, 2013.

MOVIMENTO WEB PARA TODOS. **Apenas 2,9 % dos sites brasileiros [...]**. MWPT, Brasil, 2024.

Disponível em:

<https://mwpt.com.br/apenas-29-dos-sites-brasileiros-foram-aprovados-em-todos-os-testes-de-acessibilidade-aponta-pesquisa/>. Acesso em 10 out. 2025.

## **LINHA 2 - ACESSIBILIDADE MUDIÁTICA E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

## Formação em produção de mídia sonora como recurso de acessibilidade no ambiente escolar<sup>18</sup>

Laura Missioneiro Pilotto<sup>19</sup>

Suely Maciel<sup>20</sup>

Lúcia Pereira Leite<sup>21</sup>

### Introdução

A inclusão educacional ainda enfrenta grandes desafios a serem superados atualmente. É necessário garantir o acesso de todos os estudantes ao conhecimento, e, para isso, as práticas pedagógicas exigem mais do que adaptações físicas, requerem transformações nos materiais didáticos e nas atitudes. No ambiente escolar, a acessibilidade comunicacional, especialmente por meio da mídia sonora, aparece como uma alternativa viável para ampliar a participação autônoma de estudantes com deficiência visual, dificuldades de leitura e em processo de alfabetização.

A formação docente é um elemento fundamental nesse processo, pois é neste processo que os professores desenvolvem a sensibilidade, criticidade e as competências necessárias para desenvolver um trabalho inclusivo, acessível a todos os alunos. Segundo Tardif (2002), a prática docente se constrói nas experiências e deve ser constantemente reelaborado. A legislação brasileira também reforça esse dever. O Decreto nº 12.686/2024 (Brasil, 2024) estabelece a obrigatoriedade de ofertar materiais acessíveis em formatos alternativos e prevê o compromisso institucional de formação continuada de professores.

Dentre os recursos de acessibilidade, a utilização de mídia sonora se destaca por seu baixo custo e alto potencial pedagógico (Maciel; Silva, 2017). Dentre os formatos de mídia sonora, estão o livro falado e o audiolivro (Fonseca; Lima, 2020): o livro falado é construído com o intuito de ser um recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, enquanto o audiolivro tem caráter mais amplo. De forma geral, ambos podem ser utilizados para proporcionar o acesso à informação, inclusive

---

<sup>18</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (2025-2026), processo nº 5/00593-9.

<sup>19</sup> Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Ciências (FC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [lm.pilotto@unesp.br](mailto:lm.pilotto@unesp.br)

<sup>20</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

<sup>21</sup> Livre-docente em Psicologia da Educação na Faculdade de Ciências (FC) e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [lucia.leite@unesp.br](mailto:lucia.leite@unesp.br)

em sala de aula. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo desenvolver um material instrutivo voltado à formação de professores para o uso e a produção de mídias sonoras acessíveis, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas.

### **Percurso metodológico**

A pesquisa é desenvolvida em três etapas: levantamento bibliográfico, teste piloto — produção de um livro falado em colaboração com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de Bauru — e confecção do material instrutivo. Utiliza-se da metodologia do Design Thinking (Brown, 2010) para a execução metodológica do projeto, uma vez que este método valoriza a empatia, a criatividade e a colaboração. Esse método foi adaptado para o contexto de produção de mídia sonora acessível no ambiente escolar, visando orientar os professores na produção de tais recursos. Utiliza-se também do diário de campo enquanto técnica para o registro dos processos do Design Thinking e das atividades práticas em desenvolvimento com os professores.

### **Resultados e discussão**

A pesquisa está em andamento. Até o momento foi realizado o levantamento bibliográfico. Os estudos da bibliografia base indicam que, embora os professores reconheçam a importância da inclusão, muitos ainda não dominam os usos e formas de produção de materiais acessíveis. Espera-se que a criação de um material instrutivo sobre a mídia sonora desperte interesse e favoreça práticas pedagógicas criativas, colaborativas e inclusivas (Bacich; Moran, 2018), fortalecendo o protagonismo docente.

Além disso, foi realizado o teste piloto de produção de mídia sonora acessível em colaboração com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) - a gravação de um Livro Falado. Para isso, os professores foram instruídos para realizar a locução, a partir de um curso para iniciantes sobre o assunto, fornecido pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mídia e Acessibilidade “Biblioteca Falada”. Dentre os conteúdos do curso, havia dicas e instruções de técnicas de respiração, de treino e de leitura. Os áudios foram editados por membros do Laboratório Biblioteca Falada.

Durante as gravações deste Livro Falado, foi desenvolvido um diário de campo para auxiliar no processo de confecção do material instrucional. Nele, durante conversas informais com os professores,

foram registradas as dificuldades que os alunos do EJA têm por não terem aprendido a ler e escrever durante suas vidas e ainda não o fazerem com autonomia, por conta da falta de acessibilidade na sociedade atualmente. No que diz respeito às gravações, os professores que apresentaram maior dificuldade no processo, admitiram que não fizeram o curso de locução enviado à eles ou não haviam feito uma leitura prévia do material. Logo, estes passos serão ressaltados no material instrucional como fundamentais para a produção de um áudio mais limpo e de fácil edição.

O estudo com o uso do design thinking tem se mostrado um bom caminho para incentivar a empatia e a experimentação, possibilitando que os docentes percebam o som como uma linguagem educativa alternativa eficiente. Ainda assim, ainda serão estudadas outras metodologias para o desenvolvimento do material instrucional.

A produção de mídias sonoras não apenas amplia o acesso à informação, mas também estimula a expressão, a memória e a atenção (Maciel; Silva, 2017), promovendo maior engajamento e autonomia dos alunos com deficiência visual ou dificuldades de leitura.

### **Considerações finais**

Como a pesquisa está em andamento, as considerações até aqui são relativas à pesquisa bibliográfica e ao teste piloto. A primeira evidenciou que a acessibilidade educacional depende da formação docente e da disponibilização de recursos pedagógicos diversificados a fim de tornar a informação acessível e ofertar uma educação inclusiva e autônoma a todos os alunos.

A partir do estudado e experienciado pela execução do teste piloto, nesta fase do projeto, será pensado e desenvolvido o material instrucional para professores sobre a produção de mídia sonora acessível. Este material irá contribuir para fortalecer práticas inclusivas ao propor a mídia sonora acessível como uma linguagem de ensino e aprendizagem alternativa à clássica já estabelecida nas instituições. Além disso, o teste piloto forneceu valiosas informações sobre o processo de produção em si, por pessoas que não o fizeram anteriormente. Com isso, é possibilitada a elaboração de um material instrucional mais completo para professores interessados em pôr em prática o uso da mídia sonora em sala de aula. É esperado que o produto final reforce que a formação continuada, o uso de práticas criativas e o uso de mídia sonora acessível são caminhos promissores para consolidar uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

## Referências

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 17 de abril de 2024. **Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.

BROWN, T. **Design Thinking**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FONSECA, G. L. M.; LIMA, N. R. W. Acessibilidade Informacional à Pessoa com Deficiência Visual através do Livro Falado. **Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 4, p. e21761, 2020.

MACIEL, S.; SILVA, A. F. Mídia Sonora como Recurso de Acessibilidade para pessoas com deficiência visual. In: LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. ; VILLELA, L. M. (Orgs.). **Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior**. ed. ampliada e rev. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 59-72.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

## Linguagem de Fácil Compreensão aplicadas na metodologia de Audiodescrição de ambientes escolares<sup>22</sup>

Lucas Capodeferro Nonato<sup>23</sup>

Suely Maciel<sup>24</sup>

Lúcia Pereira Leite<sup>25</sup>

### Introdução

Diante de um cenário marcado pela falta de acessibilidade de espaços públicos, ou por serem alvos de descrédito e preconceito, pessoas em situação de deficiência, em seu cotidiano, sofrem com diferentes formas de impedimentos sociais (Oliver, 1996). Conforme esses processos se perpetuaram ao longo dos anos, iniciativas que pensavam a inclusão de pessoas com deficiência em ambientes escolares, como forma de promover uma educação inclusiva e, conseqüentemente, enfrentar expressões da exclusão social (Fávero et al., 2009), começaram a ganhar força (Leite; Luvizotto, 2022).

Porém, entende-se que iniciativas que procuram promover a garantia do direito à educação, visando alcançar a meta da educação inclusiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), não terão total êxito enquanto não fornecerem, também, condição de acesso ao ambiente (Greco, 2018). Assim, esta pesquisa questiona a problemática da falta de autonomia e de informações dos alunos com deficiência visual sobre as características físicas dos ambientes escolares em que estão inseridos, propondo desenvolver uma metodologia de produção de audiodescrições (AD) de escolas em Linguagem de Fácil Compreensão (LFC) que, unindo os conceitos de Leitura Fácil e Linguagem Simples, poderão ser utilizadas para proporcionar a crianças e adolescentes condições não apenas de conhecer as características físicas dos locais, mas também construir um ‘mapa mental’, que identifique onde ficam os espaços, para que possam se localizar, orientar e movimentar, com autonomia e independência.

---

<sup>22</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (2025-2026), processo n° 25/00595-1.

<sup>23</sup> Graduando em Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [lucas.capodeferro-nonato@unesp.br](mailto:lucas.capodeferro-nonato@unesp.br)

<sup>24</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

<sup>25</sup> Livre-docente em Psicologia da Educação na Faculdade de Ciências (FC) e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [lucia.leite@unesp.br](mailto:lucia.leite@unesp.br)

## **Percurso metodológico**

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que divide suas atividades em dois momentos distintos: a) o primeiro momento consiste em uma pesquisa exploratória, em que se propõe o estudo de diretrizes e conceitos de AD e LFC, bem como a compreensão das potencialidades destes recursos em ambientes escolares; b) o segundo consiste na aplicação das diretrizes e conceitos estudados na construção de um material didático-instrucional e, a partir disso, na adaptação de roteiros de audiodescrição, já produzidos anteriormente no âmbito do Laboratório Biblioteca Falada.

Inicialmente, propôs-se estudar as diretrizes da LFC na produção audiovisual, apresentadas pela plataforma educacional *Easy Access for Social Inclusion Training* (EASIT) e as características de produção de AD de ambientes e paisagens, seguindo os parâmetros estabelecidos por Naves et al. (2016), Motta e Romeu Filho (2010), Oliveira e Maciel (2021), Maciel (2025) e pela ABNT-NBR 16452 (ABNT, 2016). Em seguida, após o estudo dos dados levantados e o desenvolvimento de um rascunho que integre as normas para elaboração de AD junto às diretrizes de LFC, o modelo será aplicado e testado na adaptação de AD de escolas em Bauru que, além de terem estudantes com deficiência matriculados, foram selecionadas pela prefeitura da cidade. Os roteiros escolhidos para serem adaptados, foram previamente produzidos como uma iniciativa do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mídia e Acessibilidade “Biblioteca Falada”. Quando estes arquivos foram finalizados e apresentados aos alunos e professores das escolas, as audiodescrições receberam críticas devido ao excesso de detalhamento e rebuscamento vocabular empregado no produto, gerando um efeito de inaccessibilidade do público ao conteúdo da AD de fato.

Assim, ao final desse processo de adaptação de adaptação das ADs com o emprego da LFC, que contará com a roteirização, consultoria de audiodescritores cegos e a sonoplastia dos materiais produzidos, será realizada a validação e discussão, com os alunos e professores, para compreender se os arquivos atendem suas necessidades e cumprem os objetivos que foram estabelecidos. Após essas etapas, será decidido qual a melhor plataforma de mídia para a disponibilização dos arquivos, de acordo com a demanda e preferências do público.

## Resultados e discussão

Os resultados parciais incluem o levantamento bibliográfico e o desenvolvimento de um rascunho, a partir de estudos que unem as diretrizes da Leitura Fácil com a Linguagem Simples (resultando na LFC), somadas às práticas de roteirização e locução de AD, visando a construção de uma metodologia prática. Esse modelo deve ser aplicado em modelos de audiodescrição produzidos pela Biblioteca Falada, em 2024, de três escolas de Bauru que serão objetos-alvo da adaptação em LFC, tendo sido audiodescritas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental: Prof. José Romão, Prof. Geraldo Arone e Prof. Ivan Engler de Almeida. Ao final da pesquisa e das etapas de teste dos roteiros, espera-se ter produzido audiodescrições que sigam os parâmetros estabelecidos, de forma que possam servir de exemplo e serem replicados por outros atores e na capacitação de professores.

## Considerações finais

A pesquisa, em andamento, propõe o uso da Audiodescrição e da Linguagem de Fácil Compreensão como estratégias para promover o acesso ao ambiente escolar aos alunos com deficiência visual. Para isso, após a adaptação inicial da AD sobre os parâmetros explorados, os arquivos serão enviados à consultores de AD que irão sugerir correções para a adequação dos roteiros. Em seguida, após a locução e edição dos arquivos, eles serão submetidos à validação dos alunos matriculados nas escolas, para verificar se as diretrizes da LFC foram atendidas. Dessa forma, quando os arquivos estiverem alinhados aos parâmetros estipulados, eles poderão ser distribuídos aos alunos, em formato de mídia mais adequado de acordo com suas demandas.

## Referências

ABNT. **NBR 16452**: Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição. Rio de Janeiro, 2016

EASIT: Easy Access for Social Inclusion Training. **EASIT: Easy Access for Social Inclusion Training**. [S.I.]: Universitat Autònoma de Barcelona, [2018-2021]. Disponível em: <https://transmediacatalonia.aub.cat/easit/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

GRECO, G. M. The nature of accessibility studies. **Journal of Audiovisual Translation**, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 205-232, 2018..

LEITE, F. P. A.; LUVIZOTTO, C. K. Marcos legais e perspectivas para a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 22, n. 2, p. 6-19, jul./dez. 2022.

MACIEL, S. Audiodescrição de ambiente escolar para a inclusão do estudante com deficiência visual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, 5., 2025, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ABPTA, 2025.

MOTTA, L. M. V. M.; ROMEU FILHO, P. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

NAVES, R. et al. **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual, 2016.

OLIVER, M. Defining Impairment and Disability: issues at stake. In: **Disability and Equality Law**. Londres: Routledge, 2005. p. 39-54

OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S. Acessibilidade Comunicacional para pessoas com deficiência visual e acesso à cidade: desenvolvimento do aplicativo “SIGA - Guia Acessível da Cidade”, In: ALMEIDA, M; TYMOSHCHUK, O.; MACIEL, S. (Orgs.). **Comunicação, saúde e acessibilidade**. Aveiro: Ria Editorial, 2021, p. 257-276.

FÁVERO, O. et al. (Orgs.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: Unesco, 2009.

## Interseccionalidade nas políticas de inclusão: A deficiência e o gênero no ensino superior<sup>26</sup>

Giulia Moraes dos Santos<sup>27</sup>

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins<sup>28</sup>

### Introdução

A Lei Brasileira de Inclusão, no Art. 27 declara que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (Brasil, 2015). Entretanto, a educação em nível superior no Brasil apresenta, em suas estruturas acadêmicas, amplas desigualdades, que se refletem desde o contexto histórico-político em que as universidades surgiram até seus projetos pedagógicos e práticas formativas. A inserção de grupos minoritários, como pessoas em situação de deficiência e identidades de gênero dissidentes nesse espaço, requer profundas transformações nos variados âmbitos das instituições - em seus processos acadêmicos, recursos e serviços - e, em destaque, na cultura acadêmica, aspecto fundamental para que a inclusão e a acessibilidade não sejam vistas como pautas pontuais na universidade, mas, elementos transversais em todo o seu projeto educacional.

Nesse sentido, na urgência de pensar o sujeito como integral, permeado por marcadores sociais como o gênero, classe, raça religião e região, emerge o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (2002), aprimorado por Sirma Bilge e Patricia Hills Collins (2021) possibilita compreender como o patriarcado, o capacitismo e outros sistemas discriminatórios se articulam e produzem diferentes formas de opressão e experiências de vida. Dessa maneira, a pesquisa visa investigar, a partir das contribuições da interseccionalidade, como os marcadores sociais de deficiência e gênero interferem nos indicadores de avaliação das políticas de acessibilidade e inclusão, considerando as percepções de universitários que se reconhecem com e sem necessidades educacionais específicas (NEE).

---

<sup>26</sup> Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2024-2025).

<sup>27</sup> Graduanda em Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [giulia.morais@unesp.br](mailto:giulia.morais@unesp.br)

<sup>28</sup> Doutora em Educação. Docente do Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília. [sandra.eli@unesp.br](mailto:sandra.eli@unesp.br)

## Percursos metodológicos

O processo metodológico do estudo adota uma abordagem mista, integrando procedimentos quantitativos e qualitativos, por se tratar de uma pesquisa de continuidade desenvolvida em uma universidade pública do estado de São Paulo, composta por 34 unidades e uma amostra de 442 estudantes, sendo 279 da graduação e 163 da pós-graduação. Os participantes responderam voluntariamente a dois instrumentos, primeiro, o Formulário de Identificação de Necessidades Educacionais Específicas (FIUNNE) e posteriormente o Índice de Inclusão no Ensino Superior (INES). Esses dados foram recolhidos no estudo no período de setembro de 2022 a fevereiro de 2023. O FIUNNE, de Martins (2025) foi utilizado para identificar o perfil dos respondentes (gênero, ascendência, idade, curso, matrícula) e suas necessidades educacionais específicas, incluindo demandas por recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva. Enquanto o INES, criado por Carrillo e Aristizábal (2017), na Colômbia, foi adaptado ao contexto brasileiro por Louzada e Martins (2022), sendo a versão brasileira composta por 12 fatores e 24 indicadores que buscam identificar parâmetros de inclusão e acessibilidade nas universidades. Os dados foram organizados e analisados aplicando-se o método de semaforização de Goyeneche e Ruiz (2021) e Lousada (2022) que classifica os indicadores em níveis de atenção, sendo: vermelho quando o percentual de respostas é inferior a 60%, entre 60% e 80% sinalizados em amarelo e verde quando os resultados ultrapassam 80%.

Em seguida, realizou-se uma tabela para traçar o perfil dos respondentes em relação aos gêneros identificados (150 homens cis, sendo 134 sem NEE e 16 com NEE; 1 homem trans com NEE, 261 mulheres cis, sendo 241 sem NEE e 20 com NEE; 2 mulheres trans, sendo 1 sem NEE e 1 com NEE; 9 pessoas se identificam como não definido, sendo 6 sem NEE e 3 com NEE; 9 não binárias, sendo 7 sem NEE e 2 com NEE; 1 travesti sem NEE, 1 gênero fluido sem NEE, 1 pessoa trans não binária sem NEE e 7 optaram pela identificação não quero informar, sendo 6 delas sem NEE e 1 com NEE). A interseccionalidade, foi utilizada para realizar a comparação entre os dados de estudantes com e sem Necessidades Educacionais Específicas (NEE) pertencentes ao mesmo gênero. Nesse sentido, foram considerados para a análise interseccional os universitários que se identificaram como homem cis, mulher cis, não definido, não binário e não quero informar, grupos que apresentaram respondentes tanto entre os participantes com NEE quanto entre os sem NEE. O estudo completo resultou em 12 tabelas, uma para cada fator do INES, sendo apresentado nesta pesquisa apenas o fator

1. Missão e Projeto Institucional, com os indicadores 1.1 sobre aprendizagem e participação, avaliando políticas de educação inclusiva que minimizem barreiras de participação e ensino aprendizagem e 1.2 sobre diversidade estudantil, analisando se a instituição reconhece a pluralidade do corpo discente.

## Resultados e discussão

Quadro 1 - Recorte do fator “Missão e Projeto Institucional

1. Missão e Projeto Institucional			
Indicador	Gênero	Estudantes com NEE(=43)	Estudantes sem NEE(399)
1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	Homem Cis	56,25%	55,22%
	Mulher Cis	45,00%	49,79%
	Não definido	66,67%	33,33%
	Não binário	50%	42,00%
	Não quero informar		50,00%
1.2 Identificação e caracterização dos estudantes da educação inclusiva	Homem Cis	62,50%	64,93%
	Mulher Cis	50,00%	63,49%
	Não definido	100%	50,00%
	Não binário	50,00%	28,00%
	Não quero informar		50%

Fonte: autoria própria, 2025.

Ao analisar o quadro do fator 1. Missão e Projeto Institucional observa-se que as médias permanecem, em sua maioria, entre faixas intermediárias e baixas, com predominância de marcações em vermelho e, posteriormente em amarelo nas tabelas. As percepções mais críticas concentram-se entre mulheres, com ou sem NEE, e identidades de gênero dissidentes, como Não binário, indicando que o ambiente universitário ainda é marcado por relações desiguais de poder. Outro ponto que se questiona é em que medida as políticas universitárias para grupos com amostra reduzida, como Não definido, podem representar as percepções desses grupos como um todo, ou se apresentam como percepções individuais.

Os vazios e lacunas observados na tabela, evidenciados nos grupos com NEE, podem ser interpretados sob duas perspectivas: como limite metodológico, devido à reduzida participação desse grupo em determinadas identidades de gênero (como por exemplo, não quero informar) e, como evidência de subnotificação e invisibilidade de estudantes em situação de deficiência. Essa ausência reflete não apenas dificuldades de coleta, mas também a falta de políticas de acolhimento e reconhecimento institucional, além do receio de exposição e estigmatização que ainda permeia o tema da deficiência e da identidade de gênero. Assim, tais vazios revelam tanto os limites da pesquisa quanto as barreiras da própria universidade em reconhecer e tornar visíveis seus sujeitos diversos.

### **Considerações finais**

A análise interseccional dos fatores permitiu transcender o olhar individual centrada no sujeito, em uma única categoria de análise, para avaliar de que forma os marcadores sociais de opressão e gênero se inter cruzam, com as percepções a respeito das políticas existentes. Os grupos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) e identidades de gênero não hegemônicas revelaram maiores índices de insatisfação e invisibilidade, o que reforça a urgência de políticas que não tratem a inclusão como algo uniforme, mas como um processo sensível às múltiplas camadas da diferença. É responsabilidade da universidade e da sociedade assegurar que grupos marginalizados tenham participação na construção das políticas que as afetam, promovendo emancipação e visibilidade. Assim, espera-se que o estudo contribua para evidenciar a necessidade das políticas públicas inclusivas adotarem uma abordagem interseccional contínua para promover uma educação efetiva, equitativa e pensada para todos.

### **Referências**

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARRILLO, J. F.; ARISTIZÁBAL, J. **Índice de inclusión para educación superior (INES)**. Bogotá: Ministerio de Educación de la República de Colombia, 2017.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. (Coleção Estado de Sítio).

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

GOYONECHE, D.C.R.; RUYS, L.K.C. El concepto de inclusión en la educación superior: Implementación de la iniciativa INES en las universidades colombianas. Voces y Silencios. **Revista Latinoamericana de Educación**, Bogotá, v.12,n. 1, 2021. .

LOUZADA, J. C, A.; MARTINS, S. E. S. O. Instrumento para avaliação de práticas, culturas e políticas inclusivas em contextos universitários. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0229–0245, 2022.

MARTINS, S. E. S. O. Identificação de necessidades específicas: um olhar interseccional sobre o tema na universidade. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 63, n. 49, 2025.

## **Inclusão e Permanência de Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: Desafios e caminhos para uma educação universitária inclusiva.**

Claudia Mialichi<sup>29</sup>

Jaqueline Costa Castilho Moreira<sup>30</sup>

### **Introdução**

O direito à educação inclusiva no Brasil é sustentado por um conjunto de marcos legais que reafirmam o compromisso do Estado com a equidade e a participação social das pessoas com deficiência. Entre esses marcos, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses dispositivos estabelecem que a educação superior deve garantir condições de acesso, permanência e participação plena dos estudantes, reconhecendo a diversidade como princípio estruturante.

Nos últimos anos, avanços normativos adicionais ampliaram direitos específicos da comunidade autista, reforçando a necessidade de revisão e aprimoramento das práticas institucionais no ensino superior. Em 2025, foram sancionadas leis nacionais que ampliam a proteção e o atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tais como a Lei nº 15.256/2025, que incentiva o diagnóstico de TEA em adultos e idosos ao alterar a Lei nº 12.764/2012; a Lei nº 15.131/2025, que garante o direito à nutrição adequada e à terapia nutricional para pessoas com TEA; e a Lei nº 15.157/2025, que dispensa a perícia médica periódica para pessoas com deficiência que possuam laudo definitivo, incluindo muitos casos de autistas. Em âmbito estadual, a Lei nº 18.183/2025, do estado de São Paulo, criou salas de acolhimento sensorial em espaços públicos de grande circulação, reforçando a centralidade da acessibilidade sensorial enquanto dimensão da

---

<sup>29</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Pós-graduada em Gestão de Marketing pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e em Planejamento, Implementação e Gestão do Ensino a distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui MBA em Marketing pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Publicidade e Propaganda com Ênfase em Marketing pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). [claudia.mialichi@unesp.br](mailto:claudia.mialichi@unesp.br)

<sup>30</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [jaqueline.castilho@unesp.br](mailto:jaqueline.castilho@unesp.br)

inclusão.

Apesar desse avanço normativo, estudos recentes apontam que a efetivação da cultura universitária inclusiva ainda encontra barreiras estruturais e pedagógicas, especialmente no que se refere à permanência de estudantes autistas na graduação. Questões relacionadas à formação docente, práticas pedagógicas pouco flexíveis, fragilidades nos serviços de apoio e desconhecimento institucional sobre as especificidades do TEA continuam impactando a trajetória acadêmica desses estudantes. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como jovens autistas vivenciam o ensino superior, quais são suas estratégias de permanência e de que modo as instituições podem aprimorar suas políticas e práticas para promover ambientes mais acolhedores, acessíveis e equitativos.

### **Percurso metodológico**

Trata-se de um estudo de campo, com abordagem qualitativa, que tem como objetivo investigar os fatores que influenciam a inclusão de estudantes com TEA no ensino superior, considerando suas vivências e estratégias de permanência. A escolha por uma metodologia qualitativa fundamenta-se na necessidade de explorar, em profundidade, as vivências acadêmicas, sociais e emocionais dos participantes, possibilitando captar sentidos, significados e nuances que não emergiriam por meio de métodos quantitativos.

O campo empírico é composto por quatro instituições privadas de ensino superior da cidade de Ribeirão Preto (SP), selecionadas por concentrarem estudantes autodeclarados com TEA matriculados em diferentes áreas do conhecimento. Participam da pesquisa oito estudantes autodeclarados com TEA, com idades entre 18 e 24 anos, matriculados no segundo ano da graduação e classificados nos níveis 1 ou 2 de suporte. O critério de inclusão considerou estudantes que vivenciam as dinâmicas acadêmicas cotidianas e já possuem experiência suficiente para relatar processos de adaptação, interações e desafios institucionais.

O instrumento de coleta de dados consiste em uma entrevista semiestruturada, elaborada especialmente para este estudo e organizada em seis blocos temáticos: (1) trajetória acadêmica, (2) vivências na universidade, (3) acessibilidade institucional, (4) interações sociais, (5) recursos e apoios, e (6) sugestões dos participantes. O roteiro foi submetido à avaliação de especialistas e ajustado para garantir clareza, pertinência e adequação ao perfil dos estudantes autistas. As entrevistas serão

realizadas presencialmente, com duração média de aproximadamente 50 minutos, gravadas com autorização dos participantes e posteriormente transcritas de forma integral, respeitando a integridade e a autenticidade das falas.

A análise dos dados seguirá os procedimentos da Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O processo de categorização será apoiado pelo software NVivo, que permite organizar, comparar e interpretar as unidades de significado emergentes das narrativas. Este procedimento possibilita identificar padrões, recorrências, tensões e singularidades presentes nos relatos, favorecendo uma compreensão abrangente das experiências acadêmicas dos participantes.

A pesquisa observa rigorosamente os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo sigilo, anonimato, consentimento livre e esclarecido e proteção integral das informações coletadas.

## **Resultados e discussão**

Até o momento, os resultados parciais decorrem da revisão bibliográfica e da análise documental que fundamentam o estudo. Essa etapa teórica possibilitou mapear os principais marcos legais, normativos e institucionais relacionados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior, destacando avanços e fragilidades nas políticas públicas brasileiras. As leituras realizadas contribuíram para compreender o contexto histórico e conceitual da inclusão e para identificar lacunas que ainda persistem na efetivação de práticas pedagógicas voltadas à permanência desses estudantes.

Espera-se que as entrevistas revelem, de forma sensível e aprofundada, as experiências acadêmicas de estudantes autistas, permitindo compreender os fatores que favorecem ou dificultam sua permanência no ensino superior. A análise das narrativas será conduzida segundo os procedimentos da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), o que possibilitará identificar categorias temáticas emergentes e padrões de sentido nas falas dos participantes. Esses achados deverão oferecer subsídios importantes para a reflexão sobre políticas institucionais e estratégias pedagógicas voltadas à consolidação de uma cultura universitária inclusiva.

## Considerações finais

Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, tem como objetivo investigar os fatores que influenciam a inclusão de estudantes com TEA no ensino superior, considerando suas vivências e estratégias de permanência. As etapas teóricas e metodológicas já concluídas permitiram identificar avanços e desafios presentes nas políticas públicas e nas práticas institucionais, revelando que a permanência desses estudantes depende de ações integradas que envolvem formação docente, sensibilização da comunidade acadêmica e compromisso ético com a diversidade.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 ago.

BRASIL. Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 15.131, de 2025. **Dispõe sobre o direito à nutrição adequada e à terapia nutricional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Lei nº 15.157, de 2025. **Dispensa a realização de perícia médica periódica para pessoas com deficiência com laudo definitivo, incluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Lei nº 15.256, de 2025. **Altera a Lei nº 12.764/2012 para incentivar o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em adultos e idosos**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2025.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 18.183, de 2025. **Dispõe sobre a criação de salas de acolhimento sensorial em estabelecimentos com grande circulação de pessoas**. Diário Oficial do Estado de São Paulo: SP, 2025.

## **Audiodescrição no Ensino de Física: diretrizes para produção de roteiros com intencionalidade pedagógica<sup>31</sup>**

Matias Domingos Braço<sup>32</sup>

Suely Maciel<sup>33</sup>

### **Introdução**

As políticas públicas de inclusão escolar no Brasil têm promovido avanços significativos na ampliação do acesso de pessoas com deficiência à educação básica. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica 2024, as matrículas da educação especial em classes comuns aumentaram de 644.687, em 2014, para 1.827.066, em 2024 (Brasil, 2024). Entretanto, esse avanço não tem se traduzido em condições efetivas de permanência e participação. Conforme discutem Santos *et al.* (2025), a inclusão de estudantes com deficiência ainda enfrenta entraves estruturais e pedagógicos, vinculados à carência de formação docente específica e à limitação de recursos didáticos, tecnológicos e institucionais capazes de sustentar práticas educacionais inclusivas e pedagogicamente significativas.

Os efeitos dessas limitações são mais evidentes quando se analisa a distribuição interna das matrículas na educação especial. Apesar do crescimento global do acesso, os estudantes com deficiência visual representam apenas 5% do total de matriculados em 2024 (Brasil, 2024), o que revela a persistência de desigualdades estruturais e formativas no sistema educacional. Para enfrentar essa assimetria, é necessário reconhecer que as barreiras comunicacionais continuam sendo um dos principais obstáculos à aprendizagem e à participação efetiva desses sujeitos, uma vez que, conforme destacam Camargo, Nardi e Veraszto (2008), a ausência de canais comunicativos adequados inviabiliza a plena integração dos alunos com deficiência visual nas aulas de Física.

Nessa perspectiva, os recursos de tradução intersemiótica, especialmente a audiodescrição, constituem estratégias fundamentais de acessibilidade comunicacional e mediação no ensino de Física para alunos com deficiência visual. Pesquisas, como as de Zehetmeyr *et al.* (2016), Cozendey e Costa

---

<sup>31</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), processo nº 88887.194966/2025-00

<sup>32</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Graduado em Ensino de Física pela Universidade Pedagógica de Moçambique. [m.bracol@unesp.br](mailto:m.bracol@unesp.br)

<sup>33</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

(2018) e Silva e Souza (2024), têm ampliado a compreensão sobre o potencial pedagógico da audiodescrição. Portanto, não apresentam diretrizes operacionais específicas para a elaboração de roteiros de AD voltados a imagens no processo de ensino e aprendizagem da Física. Para mitigar essa lacuna instrucional, foi realizada a presente pesquisa com o objetivo propor diretrizes técnico-pedagógicas para a elaboração de roteiros de audiodescrição no ensino de Física.

### **Percurso metodológico**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e natureza aplicada, orientada pelos princípios da pesquisa-ação crítica. A etapa inicial consistiu em uma revisão bibliográfica e documental sobre audiodescrição e ensino de Física voltado a estudantes com deficiência visual. Em seguida, foram produzidos três roteiros de audiodescrição referentes a um esquema, uma tabela e um diagrama de movimento uniforme.

Foram realizadas 2 consultorias, conduzidas por meio de entrevistas semiestruturadas; a primeira com quatro audiodescritores consultores com deficiência visual, que analisaram a clareza, a precisão técnica e a coerência informacional das descrições. Posteriormente, realizou-se uma segunda consultoria, com quatro professores licenciados em Física, que analisaram a adequação terminológica, a consistência conceitual e a pertinência didática dos roteiros produzidos.

A etapa seguinte foi quase-experimental, os roteiros revisados foram aplicados a vinte e dois estudantes do ensino médio, distribuídos em dois grupos com distintas formas de mediação (leitura silenciosa e leitura oral). Por fim, os roteiros foram avaliados por três estudantes com deficiência visual, e os dados obtidos foram examinados com base na análise de conteúdo (Bardin, 2016).

### **Resultados e discussão**

Os resultados da revisão teórico-normativa evidenciaram parâmetros técnicos e pedagógicos fundamentais, como clareza, concisão, fidelidade ao visível, objetividade e coerência informacional, presentes em documentos como a ABNT NBR 16452:2016, a Nota Técnica nº 21/2012/MEC/SECADI/DPEE, a *Audio Description Coalition* (2009) e a UNE 153020:2005, assim como nas pesquisas de Joel Snyder, Jana Holsanova, Alejandro Romero-Muñoz, Jorge Diaz-Cintas,

Ana Carolina Correia Almeida e Maria das Graças Moreira e Elton Vergara-Nunes.

Os roteiros foram elaborados com base no Guia Prático de Produção de Audiodescrição Didática (Zehetmeyr *et al.*, 2016). Nas consultorias, os audiodescritores consultores ressaltaram a importância da precisão terminológica, da organização sequencial e da neutralidade discursiva. Já os professores de Física destacaram a necessidade de adequação conceitual e rigor científico, garantindo a articulação entre a linguagem descritiva e os princípios da Cinemática.

Nas etapas experimental e de validação, os roteiros apresentaram elevado nível de inteligibilidade e funcionalidade pedagógica, especialmente na modalidade oral. Os estudantes sem deficiência visual demonstraram compreensão do fenômeno descrito. Já os estudantes com deficiência visual ressaltaram a importância da ordem lógica e gestão da carga informacional.

### **Considerações finais**

O estudo alcançou o objetivo de propor diretrizes técnico-pedagógicas para a elaboração de roteiros de audiodescrição no ensino de Física, evidenciando que, na etapa de planejamento, o professor-audiodescritor deve definir com precisão o que será descrito (conteúdo e fenômeno), para quem (perfil da turma e dos estudantes), porque (finalidade pedagógica da imagem) e como (organização sequencial do fenômeno e das relações entre as grandezas físicas representadas). Mas há necessidade de ampliar a pesquisa, incluindo a aplicação empírica com turmas inclusivas e integrar recursos multimodais, como maquetes táteis, simulações sonoras e interfaces digitais acessíveis.

### **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2024.

CAMARGO, E. NARDI, R. VERASZTO, E. V. A Comunicação como Barreira a Inclusão de Alunos com Deficiência Visual em Aulas de Optica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 30, n. 3, 3401. 2008.

COZENDEY, S. G., COSTA, M. P. R., Utilizando a Audiodescrição como Um Recurso De Ensino. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1164-1186, 2018.

SANTOS, A. R. C. et al. Políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: uma análise crítica. **Cuadernos de**

**Educación y Desarrollo**, Portugal, v.17, n.2, p. 01-25, 2025.

SILVA, A. C.; SOUZA, D. N. Aspectos a serem considerados em audiodescrição de imagens em Física com vistas ao seu entendimento por pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 24, 2024.

VERGARA-NUNES, E. **Audiodescrição didática**. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ZEHETMEYR, T. R.; FERREIRA-FILHO, R. C. M.; VERGARA-NUNES, E. **Guia Prático: Produção de Audiodescrição Didática**. Pelotas: 2016.

## **LINHA 3 - ACESSIBILIDADE, RELAÇÕES PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES**

## Das organizações aos públicos com deficiência: um deslocamento de perspectiva não tão óbvio em Relações Públicas<sup>34</sup>

Guilherme Ferreira de Oliveira<sup>35</sup>

### Introdução

Quando nos referimos à inclusão de trabalhadores com deficiência nas organizações, nos deparamos imediatamente com uma vasta literatura dos Estudos Organizacionais que traz à tona as vantagens para as organizações em tratarem de tal temática (Nweiser; Dajnoki, 2024). Mas e quanto aos interesses dos trabalhadores com deficiência, enquanto públicos e agentes organizacionais?

Pensar nos *públicos* parece uma atividade das Relações Públicas – ao menos é o que o nome da área indica. Porém, a corrente das Relações Públicas Críticas, consolidada em outras partes do globo e emergente no contexto brasileiro (Silva, 2024), considera que as Relações Públicas, enquanto atividade, privilegiou os interesses das organizações ao longo da sua existência (L'Etang, 2013), em detrimento das necessidades dos públicos e de outras perspectivas que não as organizacionais (Henriques, 2021). Objetivamos, assim, refletir sobre a necessidade de uma mudança de eixo/perspectiva nas Relações Públicas, em relação às relações com os públicos com deficiência. Trata-se de um deslocamento da abordagem dos interesses organizacionais para uma mirada dos interesses dos públicos.

### Percurso metodológico

Este é um ensaio teórico que se valeu de fontes bibliográficas para elucidar possibilidades para o campo de interface entre “Deficiência e Acessibilidade” e a “Comunicação Organizacional e as Relações Públicas”. Os autores chamados para a discussão auxiliam na construção narrativa e argumentativa desse deslocamento de olhar para os públicos com deficiência nas organizações.

---

<sup>34</sup> Trabalho financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), processo nº 88887.150064/2025-00.

<sup>35</sup> Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela mesma instituição. Vice-líder do Gelima. [guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br)

## Resultados e discussão

O deslocamento que aqui propomos não é, necessariamente, uma novidade. Afinal, a pesquisa em Relações Públicas em diferentes partes do mundo já clama por uma aproximação com as teorias sociais (Ihlen; Van Ruler; Fredriksson, 2009) e que abrace a complexidade das relações organizações-públicos-sociedade (Ihlen; Verhoeven, 2017). No Brasil, Peruzzo (1986) já traz há décadas a emergência de pensar as assimetrias de poder e de interesse das organizações sob os seus públicos.

O ponto que pretendemos cravar aqui está na mudança do papel das Relações Públicas para a promoção de interesses-outros na cena organizacional: evocamos as Relações Públicas enquanto ativistas organizacionais, ativistas dos públicos (Holtzhausen; Voto, 2002; Ihlen; Verhoeven, 2017) e agentes capazes de promover mais cenas de dissenso nas organizações (Marques; Mafra, 2013).

O relações-públicas, ao assumir um papel de “ativista organizacional”, aloca a área como pró-democracia e que integra outras visões de mundo (como as das minorias políticas, dos movimentos sociais e da sociedade civil) nas práticas cotidianas (Holtzhausen; Voto, 2002). Trata-se de considerar o papel de escuta ativa e abertura de espaços das Relações Públicas, em defesa de demandas dos públicos (Henriques, 2018) e da cidadania, assumindo co-responsabilidades morais e cívicas (Peruzzo, 2021).

E com cenas de dissenso, referimo-nos à promoção do diálogo nas organizações – o que não se limita a consenso e concordância (Marques; Mafra, 2013). Falar de diálogo é trazer à tona relações de poder e assimetrias comunicativas, marcadas pela “hostilidade, pela desvalorização dos interlocutores e seus argumentos, pelas assimetrias de status entre os participantes e, sobretudo, pela não-tematização de injustiças referentes ao próprio reconhecimento dos parceiros como moralmente dignos de serem vistos como interlocutores, como “pares” (Mainieri et al., 2018, p. 18).

## Considerações

Acreditamos que as Relações Públicas não precisam buscar uma harmonização em todas as cenas interlocutivas, mas sim promover o espaço para que as trocas aconteçam, valendo-se do conflito e da articulação dramática/argumentativa (Mainieri et al., 2018) para que outros interlocutores tomem parte num debate, como os trabalhadores com deficiência.

As relações estabelecidas entre os trabalhadores com deficiência e as organizações são marcadas por mero cumprimento legal de cota, descrédito das habilidades e potencialidades (Tette;

Carvalho-Freitas; Oliveira, 2014), reforço de estigmas e preconceitos (Silveira; Pereira; Barcelos, 2014) e perpetuação do capacitismo estrutural (Sharma et al., 2025) incrustado em desequilíbrios de poder, mascarado de atribuição de responsabilidade para o próprio trabalhador e na evidenciado na ausência de acessibilidade (Oliveira; Maciel; Andrelo, 2025). Logo, nada mais claro do que a emergência de um papel sensível, porém firme, de defender e lutar contra as desigualdades que os trabalhadores com deficiência enfrentam no ambiente de trabalho.

## Referências

- HENRIQUES, M. S. Relações Públicas e suas questões. In: CARDOSO, A. (Org.). **50 anos de histórias das Relações Públicas em Minas Gerais e Espírito Santo**. Divinópolis, MG: Gulliver, 2021, p. 165-179.
- HENRIQUES, M. S. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. (Orgs.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 161-174.
- HOLTZHAUSEN, D. R.; VOTO, R. Resistance from the margins: The postmodern public relations practitioner as organizational activist. **Journal of Public Relations Research**, v. 14, n. 1, p. 57-84, 2002.
- IHLEN, Ø.; VAN RULER, B.; FREDRIKSSON, M. (Eds.). **Public Relations and Social Theory: Key Figures and Concepts**. New York: Routledge, 2009, p. 1-20.
- IHLEN, Ø.; VERHOEVEN, P. Organization-society relationship. In: SCOTT, C. R. et al. (Eds.). **The International Encyclopedia of Organizational Communication**. Chichester, WS: John Wiley& Sons, 2017.
- L'ETANG, J. Public Relations: a discipline in transformation. **Sociology Compass**, v. 7, n. 10, 799-817, 2013.
- MAINIERI, T. et al. Comunicação e poder organizacional. In: MAINIERI, T.; MARQUES, A. (Orgs.). **Comunicação e poder organizacional**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p. 12-21.
- MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M. Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. **Organicom**, ano 10, n. 19, p. 82-94, 2013.
- NWEISER, M.; DAJNOKI, K. An overview insight into employment of disabilities at workplaces around the world – a review of the literature. **The Annals of the Faculty of Economics in Subotica**, v. 60, n. 52, 2024.
- OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S.; ANDRELO, R. Ableism in culture and internal communication: meanings evoked by visually impaired workers from the perspective of Public Relations. In: EUPRERA CONGRESS, 26., 2025, Lund. **Proceedings** [...]. Brussels: Euprera, 2025.
- PERUZZO, C. M. K. Cidadania nas organizações empresariais: provocando reflexões sobre respeito à diversidade. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, n. 2, p. 275-290, 2021.

PERUZZO, C. K. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. São Paulo: Summus, 1986.

SHARMA, R. H. et al. Ableism and Employment: A Scoping Review of the Literature. **Social Sciences**, v. 14, n. 67, 2025.

SILVA, D. R. A perspectiva crítica das relações públicas: renovação teórica e desafios. **Animus**, v. 23, n. 51, 2024

SILVEIRA, A.; PEREIRA, A. C. C.; BARCELOS, I. A Comunicação Organizacional e as pessoas com deficiência: questões de estigmas e preconceitos. In: CONGRESSO ABRAPCORP, 8, 2014, Londrina. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

TETTE, R. P. G.; CARVALHO-FREITAS, M. N.; OLIVEIRA, M. S. Relações entre significado do trabalho e percepção de suporte para pessoas com deficiência em organizações brasileiras. **Estudos de Psicologia**, v. 19, 3, 2014.

## **Oficina formativa em acessibilidade visual nas mídias sociais como prática de Relações Públicas Educativas**

Tainá Bernardes Esteves Moreira<sup>36</sup>  
Guilherme Ferreira de Oliveira<sup>37</sup>  
Suely Maciel<sup>38</sup>

### **Introdução**

As Relações Públicas, enquanto agentes sociais responsáveis pela manutenção da esfera pública (Van Ruler; Vercic, 2003), encontram no ambiente digital um campo essencial de atuação (Terra, 2019) e devem promover a participação online, atividade ameaçada pelas barreiras de acesso que impedem alguns públicos, como pessoas com deficiência visual.

Considerando a vertente educativa das Relações Públicas (Almeida; Andrelo, 2022; Van Ruler; Vercic, 2003), este trabalho teve como objetivo descrever o desenvolvimento de um modelo de oficina para capacitação em acessibilidade visual em mídias sociais (Instagram, Facebook, Twitter e LinkedIn), a partir dos fundamentos e aplicações práticas de recursos de acessibilidade e parâmetros de produção de conteúdo. Buscou-se também compreender o papel educativo das Relações Públicas na formação de públicos, especialmente produtores de conteúdo, e difundir o conhecimento teórico e técnico de acessibilidade visual para incorporá-lo às rotinas de produção de mídias digitais.

### **Percurso metodológico**

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, baseada na revisão narrativa de literatura (Rother, 2007). Foram selecionados materiais para subsidiar a criação da oficina formativa. As oficinas, entendidas como práticas de ensino-aprendizagem (Aguiar; Silva, 2021), promovem trocas de experiências e o desenvolvimento de habilidades.

O percurso iniciou-se em 2019 com a oficina criada no Laboratório Biblioteca Falada a partir

---

<sup>36</sup> Graduada em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [taina.bernardes@unesp.br](mailto:taina.bernardes@unesp.br)

<sup>37</sup> Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela mesma instituição. Vice-líder do Gelima. [guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br)

<sup>38</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

de demanda externa e da sistematização de pesquisas do grupo (Santana, 2021; Magalhães; Maciel, 2021). Entre 2019 e 2021, ocorreram 19 edições presenciais e remotas, acompanhadas de avaliações. Em 2023, após nova revisão bibliográfica, o conteúdo foi atualizado com base em Ferraz (2020), Orero (2022) e Peñas e Hernández (2019), sendo testado e avaliado por questionário via Google Forms.

## **Resultados e discussão**

O produto final desenvolvido tem como objetivo difundir conhecimentos teóricos e técnicos sobre acessibilidade visual em ambientes digitais, abordando fundamentos, parâmetros de produção e aplicações cotidianas. O público de interesse inclui comunicadores, estudantes e organizações, sem exigir conhecimento prévio sobre acessibilidade.

A oficina possui formato expositivo e dinâmico, com duração aproximada de duas horas e dividida em três eixos: 1) teórico, que introduz conceitos como Acessibilidade, Design Universal, Acessibilidade Web e dimensões da acessibilidade multimídia (Orero, 2022); 2) técnico, com diretrizes sobre contraste, tipografia, uso de textos alternativos e descrições de imagens conforme o WCAG e práticas como hashtags inclusivas (Jesus, 2018); e 3) prático, composto por dinâmicas de sensibilização e exercícios de descrição de imagens com feedback coletivo.

A aplicação-teste contou com 33 participantes presenciais, dos quais 23 participaram da avaliação. A maioria dos participantes eram estudantes e profissionais da Comunicação, dos quais 65% já haviam produzido conteúdo digital, mas apenas 39% o faziam considerando acessibilidade. Os resultados apontaram alto índice de satisfação: 86% avaliaram positivamente todos os aspectos da oficina (conteúdo, didática e dinâmicas). As atividades práticas e a clareza na explicação dos conceitos foram os pontos mais elogiados, assim como o compromisso ético da acessibilidade na comunicação.

## **Considerações finais**

A oficina “Acessibilidade Visual em Mídias Sociais” nasceu como uma ação pontual no Laboratório Biblioteca Falada, mas evoluiu para um modelo validado de formação em acessibilidade digital, respondendo à demanda por materiais didáticos sobre produção inclusiva de conteúdo. Reformulada e testada com o público, a oficina consolidou-se como um instrumento educativo e instrucional enquanto uma atividade de Relações Públicas Educativas.

A principal contribuição está na tradução de conhecimentos técnicos e teóricos em uma linguagem mais acessível e didática, promovendo a capacitação prática de pessoas sem experiência prévia. O impacto foi confirmado na avaliação, uma vez que os participantes declararam sentir-se aptos a aplicar as diretrizes aprendidas. Como limitações, destacam-se a necessidade de mediação para aplicação e o foco exclusivo na deficiência visual. Futuras versões poderão ampliar o escopo.

## Referências

- AGUIAR, M. de M.; SILVA, A. P. M. da. Oficinas educativas como metodologia no processo ensino-aprendizagem: construção e práticas. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 11, n. 2, p. 1–13, 2021.
- ALMEIDA, F.; ANDRELO, R. **Relações Públicas Educativas**: educação para a comunicação nos ambientes organizacionais. Bauru/SP: Canal6 Editora, 2022.
- FERRAZ, R. **Acessibilidade na Web**: Boas práticas para construir sites e aplicações acessíveis. São Paulo: Casa do Código, 2020.
- JESUS, P. S. #PraCegoVer: um diálogo sobre redes sociais, deficiência visual e outras cegueiras. In: ENCONTRO INTERNACIONAL VIRTUAL EDUCA, 19, Salvador, 2018. **Anais [...]**. VirtualEduca, 2018.
- MAGALHÃES, G. M.; MACIEL, S. Parâmetros de Acessibilidade nas Redes Sociais: consumo das marcas por pessoas com deficiência visual no Facebook. **Culturas Midiáticas**, v. 15, p.168-188, 2021.
- ORERO, P. La accesibilidad a los medios. Una oportunidad para la diversidad, la inclusión y la educación. In: LADAGA, S. A. C.; RANGEL ALANÍS, L. (Ed.). **Accesibilidad**: comunicación y educación para todas las personas. Barcelona: LMI, 2022, p. 69-91.
- PEÑAS, E; HERNÁNDEZ, P. **Guía de estilo sobre discapacidad para profesionales de los medios de comunicación**. Madrid: Real Patronato sobre Discapacidad, 2019.
- ROTHER, E. T. Systematic literature review X narrative review. *Acta Paul Enferm.*, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.
- SANTANA, T. **A comunicação organizacional pelo olhar educativo**: a diversidade na cultura organizacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Grad. em Relações Públicas) - Unesp, Bauru, 2021.
- TERRA, C. F. RP Digitais: cruciais para a visibilidade e influência das organizações. In: PORÉM, M. E.; HIDALGO, J.; YAGUACHE, J. (Orgs.). **Inovações em Relações Públicas e Comunicação Estratégica**. 1a Ed. Aveiro: Ria Editorial, 2019, p. 14-26.
- VAN RULER, B.; VERCIC, D. **Perspectivas europeias das relações públicas**. Tradução de John Franklin Arce. *Comunicação & Sociedade*, v. 24, n. 39, p. 155-172, 2003.
- W3C. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0/ 2.1**. 2018.

## Comunicação organizacional, diversidade e deficiência: perspectivas de gestoras/gestores de recursos humanos<sup>39</sup>

Gabriele Lauriano Silva<sup>40</sup>

Maria Eugênia Porém<sup>41</sup>

### Introdução

Esta pesquisa se fundamenta nas pautas sociais que vêm sendo incorporadas pelas organizações com foco na diversidade entendida como um sistema de inovação e comunicação. Apóia-se na perspectiva relacional da comunicação organizacional (Lima, 2008) para compreender os conceitos de gestão da diversidade, inovação e cultura organizacional, com ênfase na inclusão de pessoas com deficiência (Fleury, 2000) em contextos empresariais. Parte-se do pressuposto de que os discursos podem reproduzir práticas capacitistas (Campbell, 2001), inclusive os discursos organizacionais e dos gestores, contribuindo para a exclusão simbólica e estrutural. O objetivo geral consiste em compreender como as organizações incorporam a diversidade em suas práticas e atividades, com ênfase nas iniciativas de inclusão de pessoas com deficiência. Os objetivos específicos são: a) analisar como gestores e gestoras de recursos humanos compreendem a diversidade e, particularmente, a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho; b) verificar se pautas e práticas de diversidade e inovação estão integradas à comunicação organizacional; e c) identificar possíveis marcas de capacitismo no discurso dos entrevistados.

### Percorso metodológico

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, realizada com gestores e gestoras de Recursos Humanos (RH) do município de Bauru/SP em 2023. O estudo foi estruturado em duas etapas complementares. A primeira consistiu na elaboração de uma fundamentação teórica, construída por meio de consultas a livros, revistas, sites especializados e outras fontes impressas, digitais e audiovisuais. Na sequência, realizou-se a etapa empírica, a aplicação de um questionário e a realização

---

<sup>39</sup> Pesquisa parcialmente financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2022-2023).

<sup>40</sup> Graduada em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [gabriele.lauriano@unesp.br](mailto:gabriele.lauriano@unesp.br)

<sup>41</sup> Docente do curso de graduação em Relações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [maria.porem@unesp.br](mailto:maria.porem@unesp.br)

de entrevistas semiestruturadas com participantes que atendiam ao perfil definido. A seleção da amostra seguiu a técnica “bola de neve”, caracterizada como uma “amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência” (Vinuto, 2014, p. 203).

O questionário foi aplicado entre os meses de junho e agosto e obteve 13 respondentes, todos atuantes na área de Recursos Humanos. Dentre eles, apenas três relataram trabalhar frequentemente com a temática da inclusão de pessoas com deficiência, enquanto os demais mantêm contato ocasional com o tema. Essa distância foi associada às transformações em curso na área de RH, à forma como as empresas compreendem a eficácia das ações de engajamento, Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) (muitas vezes tratadas como pautas periféricas) e à ausência de lideranças capacitadas para escutar, mediar e conduzir processos inclusivos. As entrevistas, realizadas de forma remota, tiveram como objetivo aprofundar as reflexões e complementar as informações obtidas no questionário.

## **Resultados e discussão**

Com base nos princípios da Análise Crítica do Discurso, especialmente no conceito de interdiscursividade (Fairclough, 2003 apud Salles; Dellagnelo, 2019), observou-se que a inclusão de pessoas com deficiência ainda é tratada de forma incipiente nas empresas. Em geral, ela é percebida mais como uma exigência legal do que como um valor genuíno incorporado à cultura organizacional.

Os resultados indicam que parte dos desafios está associada a uma visão tradicional e conservadora presente nas equipes de recursos humanos, o que por vezes gera polarização de ideias. Embora o RH exerça influência nas decisões organizacionais, nem sempre detém o poder de decisão final. Os respondentes destacaram que a lei de cotas (Brasil, 1991), embora necessária, não representa o caminho mais eficaz para a inclusão. Para muitos, o avanço depende da reestruturação da área de recursos humanos, com foco na formação e no desenvolvimento de profissionais preparados para atuar de maneira sensível e responsável no campo da diversidade. Verificou-se, ainda, que nove participantes concordaram totalmente que empresas inclusivas tendem a ser mais flexíveis, criativas e inovadoras. Contudo, enfatizaram que as políticas de diversidade enfrentam inúmeros entraves, frequentemente expressos em “desculpas” utilizadas para justificar a não contratação de pessoas com deficiência. Destacou-se também a necessidade de fortalecer o senso de pertencimento, o respeito às individualidades e o investimento na capacitação dos profissionais de RH, de modo a promover

oportunidades equitativas de desenvolvimento, crescimento e carreira.

Outro ponto relevante é que, embora a comunicação organizacional não tenha sido explicitamente mencionada como elemento central para a inclusão, ela se revela inerente a qualquer processo organizacional (Marques, 2015), especialmente no âmbito da gestão de pessoas, e é fundamental para promover a integração das pessoas com deficiência à cultura corporativa.

### **Considerações finais**

Os achados evidenciam que o caminho para a inclusão de pessoas com deficiência nas organizações ainda é longo e exige mais do que o cumprimento de obrigações legais. É necessário incorporar o tema à comunicação e à cultura organizacional, valorizando o diálogo, o conhecimento e o reconhecimento da diversidade como eixo estratégico de inovação e cidadania. As análises apontam que a efetivação de ambientes corporativos verdadeiramente inclusivos requer uma reestruturação da área de recursos humanos, com base em processos educativos que promovam a quebra de paradigmas e o estabelecimento de novos espaços de saber.

### **Referências**

- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1991.
- CAMPBELL, F. Inciting Legal Fictions-Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. **Griffith L. Rev.**, v. 10, 2001.
- FLEURY, M. T. Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras. **RAE**, v. 40, n. 3, 2000.
- LIMA, F. P.. Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação no contexto organizacional. In: OLIVEIRA, I. L.; SOARES, A. T. N. (Orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008, p. 102-127.
- MARQUES, A. C. S. Prefácio. In: OLIVEIRA, I. L.; PENNINI, A.; MOURÃO, I. (Orgs.). **Compreendendo um campo de conhecimento: reflexões epistemológicas sobre a Comunicação Organizacional a partir de autores brasileiros.** Curitiba: CRV, 2015, p. 7-15.
- SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 414-434, 2019.
- VINUTO, J. A relevante em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-22, 2014.

## Relações Públicas e Responsabilidade Social na promoção de ações de patrocínio para instituições de pessoas com deficiência<sup>42</sup>

Mariana Gonçalves da Silva<sup>43</sup>  
Guilherme Ferreira de Oliveira<sup>44</sup>  
Suely Maciel<sup>45</sup>

### Introdução

As organizações desempenham um papel crucial na sociedade, atuando como agentes de mudança e promovendo o desenvolvimento em diversas áreas (Kunsch, 2014). Seja por meio de programas de responsabilidade social, seja por iniciativas filantrópicas ou parcerias estratégicas, elas têm o potencial de impactar positivamente comunidades, principalmente o Terceiro Setor, e contribuir para a construção de um ambiente mais inclusivo e equitativo para todas as pessoas (Peruzzo, 2017).

O papel das Relações Públicas no apoio a ações de patrocínio voltadas a instituições que atendem pessoas com deficiência tem sido cada vez mais reconhecido como um fator crucial na promoção da inclusão social (Silva, 2024). Os profissionais de Relações Públicas são vistos como agentes sociais transformadores que, por meio de estratégias de comunicação, podem contribuir significativamente para a quebra de barreiras e para a construção de uma sociedade mais equitativa (Oliveira et al., 2023). O patrocínio pode ser uma ferramenta poderosa para garantir que as organizações apoiem causas sociais relevantes de forma ética e sustentável. Assim, essa pesquisa busca discutir a articulação entre Relações Públicas e a promoção da inclusão da pessoa com deficiência a partir de ações de patrocínio para instituições de pessoas com deficiência, sob a compreensão de que se trata de uma profissão que atua, no ambiente organizacional, como agente social e transformador, trazendo demandas da sociedade para dentro das organizações (Ihlen; Verhoeven, 2017).

---

<sup>42</sup> Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2023-2024).

<sup>43</sup> Graduada em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [mariana.g.silva@unesp.br](mailto:mariana.g.silva@unesp.br)

<sup>44</sup> Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela mesma instituição. Vice-líder do Gelima. [guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br)

<sup>45</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

## **Percurso metodológico**

O estudo adota uma abordagem qualitativa, envolvendo uma revisão de literatura e a análise de um estudo de caso descritivo (Yin, 2001) sobre as ações de patrocínio efetivadas por uma organização privada e direcionadas a instituições sociais de pessoas com deficiência. O estudo inclui análise da legislação e de documentos que formalizam os patrocínios, além de conversas informais com a equipe de Marketing da organização e uma entrevista semiestruturada com a pessoa responsável pelo gerenciamento de todos os patrocínios da marca e também das mídias sociais da empresa. Os contatos ocorreram por meio de correio eletrônico e entrevista remota via Microsoft Teams, em abril de 2024.

Buscou-se analisar a promoção das ações de patrocínio, os propósitos por trás delas, a dinâmica de relacionamento entre a organização e as instituições de pessoas com deficiência e como as ações são comunicadas ao público. Na análise dos documentos, das conversas e da entrevista, utilizaram-se a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) e os aportes trazidos por Peruzzo (2017).

## **Resultados e discussão**

Os resultados da pesquisa indicam que, apesar do crescente reconhecimento da importância da inclusão, as organizações enfrentam diversos desafios, como o preconceito e o capacitismo ainda presentes em muitas práticas corporativas. Esses desafios frequentemente dificultam a plena inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes empresariais, resultando em falta de engajamento e em um compromisso superficial com a responsabilidade social. Além disso, observa-se que muitas vezes as empresas não se comprometem genuinamente com a responsabilidade social, sendo que os patrocínios, em vários casos, carecem de planejamento e não geram resultados concretos.

Entretanto, a pesquisa aponta que as ações de Relações Públicas, quando aplicadas de forma estratégica, podem fazer uma diferença significativa na superação desses desafios. O estudo enfatiza que: 1) as organizações devem adotar uma comunicação mais inclusiva e transparente, garantindo que as ações de patrocínio atendam às reais necessidades das instituições que trabalham com pessoas com deficiência; 2) ao dar voz a comunidades historicamente pouco representadas, as relações-públicas podem ampliar os esforços dessas instituições, assegurando que as ações de patrocínio resultem em mudanças sociais reais e significativas; 3) é essencial que as parcerias estabelecidas sejam sustentáveis e que as empresas mantenham um diálogo contínuo com as instituições apoiadas. Esse compromisso

permanente garante que os patrocínios não se limitem a gestos pontuais, mas contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e acessível a longo prazo. Nesse sentido, as Relações Públicas desempenham um papel fundamental na mediação e orientação dessas relações, assegurando que ambas as partes trabalhem juntas em prol de um objetivo comum: a inclusão e a igualdade.

### Considerações finais

As Relações Públicas exercem um papel essencial na promoção de um ambiente inclusivo, influenciando a forma como as organizações abordam o patrocínio e a responsabilidade social. Os profissionais de Relações Públicas garantem que esses processos resultem em ações sustentáveis, impactantes e socialmente justas. Por meio de uma comunicação transparente, inclusiva e de práticas estratégicas de Relações Públicas, as empresas podem contribuir para a superação de barreiras sociais, assegurando que as pessoas com deficiência sejam plenamente incluídas e representadas no tecido social. Essa abordagem não apenas cumpre as obrigações sociais das organizações, mas também fortalece sua posição como agentes de transformação significativa na sociedade.

### Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

IHLEN, Ø.; VERHOEVEN, P. Organization-society relationship. In: SCOTT, C. R. et al. (Eds.). **The International Encyclopedia of Organizational Communication**. Chichester: JohnWiley & Sons, 2017.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. **MATRIZES**, v. 8, n. 2, 2014.

OLIVEIRA, G. F. et al. A pesquisa em Comunicação Organizacional e Relações Públicas sobre Acessibilidade e Inclusão: um levantamento do Congresso Abrapcorp. In: STASIAK, D; CASAROLI, L.; CARARETO, M. (Orgs.). **Perspectivas da Pesquisa e dos Pesquisadores em Relações Públicas na atualidade**. Goiânia: Cegraf, 2023, p. 92-110.

PERUZZO, C, K. Pressupostos de Boas práticas de Relações Públicas com as Comunidades: Relação entre ética, participação e desenvolvimento local. **Organicom**, ano 14, n. 26, p. 18-41, 2017.

SILVA, M. G. **O papel das Relações Públicas em ações de patrocínio para instituições de pessoas com deficiência**. 2024. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **Dimensões técnica e participativa da acessibilidade em mídias sociais: apontamentos de públicos com deficiência visual<sup>46</sup>**

Amanda Menezes Farias de Souza<sup>47</sup>

Guilherme Ferreira de Oliveira<sup>48</sup>

Suely Maciel<sup>49</sup>

### **Introdução**

As mídias sociais digitais são consideradas um importante espaço de participação pública e de acesso à informação (Leite; Luvizotto, 2017). Esse espaço tem como principal formato de conteúdo o audiovisual, o que pode constituir barreiras para o acesso daqueles com deficiência visual. Ainda, as Relações Públicas, em suas dimensões comunicativas e sociais (Van Ruler, 2016), assumem um papel central de abertura de espaços para a participação na esfera pública. Este trabalho tem como objetivo compreender os hábitos de consumo nas mídias sociais digitais por parte de públicos com deficiência visual e refletir sobre a relevância da acessibilidade para a formação de públicos em Relações Públicas.

### **Percurso metodológico**

Este estudo possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi conduzida em três etapas: 1) levantamento bibliográfico; 2) investigação empírica com pessoas com deficiência visual; e 3) análise a partir das dimensões técnica e participativa propostas por Orero (2022).

A etapa empírica contemplou a realização de grupos focais e uma entrevista semiestruturada. Os grupos focais foram escolhidos por favorecerem o diálogo e a participação ativa de um público historicamente marginalizado (Bianchi; Collar Berni, 2022). Foram realizados dois grupos focais: o primeiro com o público consumidor em geral, pessoas com deficiência visual sem conhecimento técnico sobre acessibilidade; e o segundo com consultores em audiodescrição, profissionais com

---

<sup>46</sup> Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2022-2023).

<sup>47</sup> Graduada em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [amanda.mf.souza@unesp.br](mailto:amanda.mf.souza@unesp.br)

<sup>48</sup> Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela mesma instituição. Vice-líder do Gelima. [guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br)

<sup>49</sup> Docente dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Gelima e Coordenadora do Laboratório Biblioteca Falada. [suely.maciell@unesp.br](mailto:suely.maciell@unesp.br)

deficiência visual com experiência no campo da acessibilidade. Ainda, foi realizada uma entrevista com um influenciador cego e criador de conteúdo digital. A pesquisa concentrou-se na acessibilidade de imagens estáticas em plataformas como Facebook, Instagram, LinkedIn e X, considerando o uso do texto alternativo como recurso de inclusão comunicacional.

## **Resultados e discussão**

O primeiro grupo focal ocorreu presencialmente em Bauru, em 2023, com seis participantes selecionados aleatoriamente de uma entidade assistencial. O segundo foi realizado remotamente em 2024, com quatro participantes escolhidos intencionalmente por sua experiência prévia em acessibilidade e vínculo com o Laboratório Biblioteca Falada.

Na dimensão técnica, considera-se que os participantes avaliaram de forma crítica as ferramentas de texto alternativo automático oferecidas por plataformas como Facebook e Instagram, considerando-as imprecisas e insuficientes para garantir o acesso pleno à informação visual. As descrições automáticas geram insegurança e dificultam a interpretação do conteúdo, o que configura uma barreira digital (Ferreira; Vicente, 2021). Além disso, relataram instabilidade após atualizações de aplicativos, reforçando que a acessibilidade é pensada como etapa posterior ao desenvolvimento das plataformas (Ellis; Goggin, 2015). Outro desafio recorrente refere-se à dimensão socioeconômica do acesso: leitores de tela e aplicativos funcionam melhor em dispositivos de maior custo, como apontou uma participante do segundo grupo focal, revelando o “custo da deficiência”. Os grupos, principalmente o primeiro, também destacaram preferências por descrições objetivas e informativas, priorizando o sentido da mensagem em detrimento de aspectos estéticos.

Em relação à dimensão participativa, os achados indicam que o nível de engajamento nas mídias sociais está diretamente relacionado à qualidade das descrições e à clareza das legendas descritivas. Segundo o entrevistado, conteúdos mal descritos reduzem o interesse e dificultam a interação. Participantes mencionaram boas práticas de acessibilidade em marcas como Insider e Natura, contrastando com experiências negativas em e-commerces sem descrições adequadas, que comprometem a autonomia. As discussões evidenciam que os ambientes digitais também são espaços de formação de públicos (Henriques, 2018), devendo ser considerados na atuação social das Relações Públicas. Barreiras digitais persistem ao reproduzir processos de legitimação e naturalização da exclusão

(Ferreira; Vicente, 2021), limitando o reconhecimento das pessoas com deficiência visual como públicos participativos, consumidores e produtores de conteúdo.

### Considerações finais

O estudo identificou que pessoas com deficiência visual enfrentam barreiras significativas de acesso e navegação nas mídias sociais, o que dificulta sua participação e engajamento. Verificou-se que a acessibilidade ainda é tratada como um pensamento tardio por desenvolvedores e organizações. Defende-se que a acessibilidade seja considerada desde o início dos processos, com adoção efetiva das Diretrizes WCAG e uso sistemático de recursos como texto alternativo e audiodescrição.

As contribuições centrais da pesquisa residem em reforçar o papel das Relações Públicas na promoção de uma comunicação inclusiva e democrática, que reconheça pessoas com deficiência não como público homogêneo, mas como sujeitos diversos, ativos e formadores de opinião. Como limitação, o estudo concentrou-se na acessibilidade de conteúdos visuais estáticos, não abordando vídeos. Pesquisas futuras podem explorar modelos de implementação da audiodescrição e estratégias para ampliar a participação de pessoas com deficiência nas plataformas digitais.

### Referências

BIANCHI, G.; BERNI, F. C. (Re)pensando o grupo focal como recurso investigativo: o percurso desenvolvido no contexto online e de pessoas com deficiência. In: BONIN, J. A.; SAGGIN, L. (Orgs.). **Investigação crítica em comunicação: construções epistêmicas, teóricas e metodológicas**. SP: Pimenta Cult., 2022, p. 220-239.

ELLIS, K.; GOGGIN, G. Disability Media Participation: Opportunities, Obstacles and Politics. **Media International Australia**, v. 154, n. 1, p. 718–88, 2015.

FERREIRA, M.; VICENTE, M. M. A produção do sentido no ciberjornalismo inacessível e os prejuízos à participação social de pessoas com deficiência visual. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 15, p. 19, 2021.

HENRIQUES, M. S. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. In: FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. (org.) **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 161.

LEITE, F. P. A.; LUVIZOTTO, C. K. Participação, Acessibilidade Digital e a inclusão da pessoa com deficiência. **CONPEDI Law Review**, v. 3, n. 2, p. 240-261, 2017.

ORERO, P. La accesibilidad a los medios. Una oportunidad para la diversidad, la inclusión y la educación. In: LADAGA, S.A.C.; RANGEL ALANÍS, L. (Ed.). **Accesibilidad: comunicación y educación para todas las**

personas. Barcelona: LMI, p. 69-91, 2022.

VAN RULER, B. Public Relations: Too Little Emphasis on Communication. **Communication Management Review**. v. 1, n. 1, 2016.

WORLD WIDE WEB (W3C). **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2**. 2023.

## Comunicação e Acessibilidade: a presença (ou não) da acessibilidade na comunicação de organizações da sociedade civil <sup>50</sup>

José Roberto Escarabello Junior<sup>51</sup>

Roseane Andrelo<sup>52</sup>

### Introdução

Nas discussões sobre comunicação para cidadania, representação e linguagem são centrais pelo potencial de representar, significar e pautar desigualdades. A linguagem produz significado enquanto a representação se relaciona com a formação de identidades (Buckingham, 2003), em especial, quando envolvem o público com deficiência, entendidos pela lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) como aqueles “que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A acessibilidade é uma ferramenta essencial para potencializar cidadanias e assegurar o exercício pleno desta para outros grupos (Bock; Gesser; Nuernberg, 2020), assim como a alfabetização midiática (Wilson, 2013) é um meio eficaz para estimular a consciência crítica de mídia de todas as pessoas, em especial, de alguns grupos, como crianças, idosos e pessoas com deficiência.

A experiência da deficiência é um dos modos de estar no mundo, que, naturalmente, necessita de condições favoráveis para existir (Diniz, 2007). Logo, considerando a sociedade midiática que se instaurou nos últimos anos, criou-se a lei nº 13.146, que institui, como um dos seus atos, o direito à acessibilidade aos meios de informação e comunicação em toda a sociedade além de obrigações relacionadas aos sites online. Frente a isso, passados dez anos da promulgação da lei, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as visões de profissionais de Comunicação e de Políticas Públicas sobre a presença dos conceitos de representação e linguagem e da acessibilidade na sociedade, considerando a comunicação de diferentes organizações, em específico, relacionadas às pessoas com deficiência visual.

---

<sup>50</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (2023-2025), processo nº 23/05366-5.

<sup>51</sup> Graduado em Relações Públicas pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [jr.escarabello-junior@unesp.br](mailto:jr.escarabello-junior@unesp.br)

<sup>52</sup> Docente do curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Letramento Midiático e Relações Públicas Educativas. [roseane.andrelo@unesp.br](mailto:roseane.andrelo@unesp.br)

Os profissionais foram selecionados visto a importância dos conceitos na prática laboral dos mesmos.

### **Percorso metodológico**

A pesquisa caracteriza-se por ser empírica, de recepção, de caráter qualitativo e de abordagem exploratória. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre deficiência, acessibilidade e alfabetização midiática, chegando-se, assim, aos conceitos-chave desta área: representação e linguagem (Buckingham, 2003). Após esta fase, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas individuais com profissionais de Comunicação e Políticas Públicas que desenvolvem trabalhos de acessibilidade na esfera universitária; no primeiro setor (público); segundo setor (privado) e terceiro setor (organizações da sociedade civil sem fins lucrativos). Para isso, foi criado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas, considerando: a) função dos entrevistados e setor de atuação; b) conceitos de representação e linguagem de Buckingham (2003) e c) desafios de implementação da acessibilidade. A análise temática (Souza, 2019) foi utilizada para a organização e análise dos dados.

### **Resultados e discussão**

Ao total, foram 6 entrevistas que aconteceram no mês de novembro de 2024, com duração aproximada de 1 hora, no formato remoto, com o seguinte perfil de entrevistados: a) universidade: docente de Comunicação e coordenadora de iniciativas em Mídia e Acessibilidade; b) setor público: ex-secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo; c) setor privado: diretora de agência de projetos de comunicação e acessibilidade e uma gestora de projetos de comunicação e acessibilidade e d) terceiro setor: consultora e coordenadora do movimento ‘Web para todos’.

O principal desafio relatado em todas as entrevistas é a falta de conhecimento sobre acessibilidade e seus benefícios. Na universidade, o desafio está ligado à necessidade de ampliar a discussão de diversidade, formar professores e alunos e ações duradouras de acessibilidade. No setor público, o desconhecimento é atrelado aos direitos e falta de orçamento fixo para a temática. No setor privado, para vender e implementar acessibilidade em sites organizacionais, o desafio é o desconhecimento de leis, do impacto social e dos benefícios que a acessibilidade traz para as organizações. No terceiro setor, o desconhecimento implica no entendimento da acessibilidade de forma estereotipada. Sobre os conceitos representação e linguagem, das seis entrevistadas, cinco

apontaram que não há preocupação nas comunicações das organizações com a linguagem para não criar representações equivocadas de uma pessoa com deficiência visual, enquanto uma afirma que a sociedade está se aculturando, e a preocupação será cobrada quando a representatividade ganhar força.

### **Considerações finais**

A falta de conhecimento sobre acessibilidade, seus benefícios e o entendimento da deficiência como interseccional, que está relacionada a outras características dos sujeitos, são os principais desafios ainda a serem vencidos na sociedade como um todo. De forma segmentada e considerando as características de cada setor, na esfera universitária outros desafios são: esforços para formação de profissionais na temática de diversidade e inclusão e da acessibilidade; ampliação dessas discussões e mecanismos para mantê-la constantemente, além da falta de preocupação em formar comunicadores nesta temática, o que pode impactar em como estes irão trabalhar os conceitos de representação e linguagem ligados ao público com deficiência visual, interferindo na prática profissional, além de não dominarem um dos modos de produção textual, o que acessibiliza o texto para a totalidade das pessoas, impedindo que o conteúdo chegue a todos por falta de adequação textual. No setor público, outros desafios são: garantir recursos fixos para essa temática e entendimento da lógica de administração pública para implementação de projetos. No setor privado, são: entender os impactos sociais da temática, ampliação de público consumidor, criação de diferencial competitivo e capital reputacional. No terceiro setor, os desafios são: de forma geral, entendimento da acessibilidade de forma estereotipada, específica para certas áreas, e uma hiper segmentação da temática voltada apenas para organizações que tem como público primordial pessoas com deficiência, desconsiderando intersecções.

### **Referências**

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 361-380, 2020.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

BUCKINGHAM, David. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity Press, 2003.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019.

**LINHA 4 - PROJETOS DESENVOLVIDOS NA DISCIPLINA DESENHO UNIVERSAL E  
RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA**

## Ampliação de acessibilidade no VS Code para programadores cegos

Danilo de Oliveira<sup>53</sup>

### Introdução

A acessibilidade digital tornou-se um eixo prioritário na construção de ambientes tecnológicos inclusivos, especialmente quando se trata de ferramentas voltadas à educação, produção de conteúdo e desenvolvimento de software.

No contexto da programação, editores como o Visual Studio Code (VS Code) têm alcançado grande popularidade por oferecerem flexibilidade, leveza e um ecossistema robusto de extensões. Segundo a Microsoft (2025), o VS Code é um editor multiplataforma amplamente utilizado por profissionais e estudantes, incorporando recursos de produtividade, integração com versionamento e suporte a diversas linguagens.

Apesar dessa robustez, ainda existem desafios relacionados ao uso da ferramenta por pessoas com deficiência visual e/ou outras deficiências. Barreiras como mensagens de erro pouco informativas, ausência de orientação guiada e falhas na integração com leitores de tela comprometem a autonomia de programadores cegos, limitando sua participação plena em ambientes educacionais e profissionais. A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) reforça que tecnologias digitais devem assegurar igualdade de acesso, o que inclui interface, conteúdo e recursos operacionais acessíveis.

Diante desse cenário, este trabalho apresenta a análise das barreiras de acessibilidade presentes no VS Code e a proposta de uma extensão para melhorar a interação entre o editor e usuários cegos. A iniciativa parte da observação prática das limitações atuais, do estudo de diretrizes como a WCAG 2.1 (W3C, 2025) e da necessidade crescente de tornar ferramentas de programação inclusivas para diferentes perfis de usuários.

### Percurso metodológico

A investigação foi conduzida por meio de quatro eixos principais: 1) Análise documental; 2) Testes práticos com leitores de tela; 3) Observação de relatos de usuários; 4) Sistematização das

---

<sup>53</sup> Aluno Especial no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [danilo.oliveira05@unesp.br](mailto:danilo.oliveira05@unesp.br)

necessidades reais.

### 1. Análise documental

Foram examinadas as páginas oficiais do VS Code relativas à acessibilidade, incluindo orientações sobre leitores de tela, navegação via teclado e temas de alto contraste (MICROSOFT, 2025). Também foram consultadas legislações e diretrizes, especialmente a LBI e a WCAG 2.1.

### 2. Testes práticos com leitores de tela

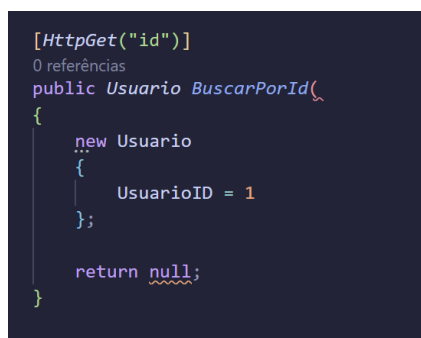
Foram conduzidos testes utilizando o NVDA, leitor de tela amplamente adotado no Brasil.

Observou-se o comportamento do editor frente a diferentes situações:

- abertura do programa com NVDA ativo;
- digitação de trechos de código contendo erros;
- navegação por menus e arquivos;
- leitura de sugestões de autocompletar;
- interação com mensagens de aviso e alerta.

As imagens capturadas durante esses testes revelam o comportamento visual do editor no momento em que ocorrem os erros.

Figura 1 — Erro visual exibido no VS Code durante digitação de código.



```
[HttpGet("id")]
0 referências
public Usuario BuscarPorId(
{
    new Usuario
    {
        UsuarioID = 1
    };

    return null;
}
```

Fonte: autoria própria, 2025.

### 3. Observação de relatos de usuários

Foram consultados depoimentos publicados em plataformas como Reddit e fóruns técnicos, e pessoas conhecidas com deficiência visual, onde esses usuários relatam alto nível de frustração com:

- interrupções bruscas na leitura;

- inconsistência na vocalização de elementos do código;
- dificuldades em localizar blocos, funções e classes;
- ausência de feedback claro sobre erros de sintaxe.

#### 4. Sistematização das necessidades reais

A partir das observações realizadas ao longo do processo investigativo, tornou-se possível identificar um conjunto de necessidades essenciais para que programadores cegos consigam desempenhar suas atividades de maneira mais eficiente dentro do Visual Studio Code.

Entre essas demandas, destacam-se a necessidade de uma leitura contextualizada e explicativa de erros, capaz de detalhar não apenas a ocorrência, mas também sua localização e causa; uma navegação estruturada por blocos de código que permita compreender a organização hierárquica de funções e classes; e um feedback auditivo mais detalhista, que reproduza de forma fiel os elementos visuais apresentados pelo editor.

Observou-se também a importância de que o ambiente ofereça suporte nativo a tutoriais acessíveis, permitindo que novos usuários aprendam o uso da ferramenta sem depender de materiais externos, bem como a integração com assistentes de inteligência artificial adaptados à leitura por voz, que possam auxiliar na explicação de trechos de código e na resolução de dúvidas durante o desenvolvimento.

A sistematização dessas necessidades evidencia que, embora o VS Code apresenta excelentes iniciativas de acessibilidade, seus recursos nativos ainda são insuficientes para proporcionar uma experiência completa e fluida a usuários com deficiência visual, reforçando a necessidade de intervenções complementares como a extensão proposta neste trabalho.

## **Resultados e discussão**

A análise realizada permitiu identificar que, apesar do Visual Studio Code apresentar um conjunto relevante de recursos voltados à acessibilidade, sua aplicação prática para usuários cegos ainda revela limitações que comprometem a autonomia no processo de programação, em especial aos novos programadores.

Durante os testes com leitores de tela, observou-se que a ferramenta nem sempre fornece descrições claras e contextualizadas sobre as ações realizadas, falhas de sintaxe ou estruturação do

código. Em situações simples, como a digitação de um comando incorreto, o leitor de tela limitava-se a vocalizar apenas a palavra “erro”, sem oferecer informações adicionais sobre o caractere digitado ou a causa do problema, o que impede o usuário de compreender correção ou a continuação do código para sanar o erro.

Um dos pontos identificados foi a ausência de instruções acessíveis dentro do próprio editor, mesmo quando o modo otimizado para leitores de tela é ativado automaticamente. Embora existam guias explicativos na documentação online, nenhum deles é apresentado de forma integrada ao ambiente de trabalho, obrigando o usuário a recorrer a pesquisas externas para compreender os recursos disponíveis. Essa dependência de informações fora da própria ferramenta cria uma grande barreira para estudantes cegos ou iniciantes, que muitas vezes não possuem autonomia suficiente para navegar por conteúdos distribuídos fora do contexto imediato de uso. Além disso, relatos de usuários em plataformas digitais reforçam que as falhas de vocalização podem ocorrer não apenas durante erros, mas também durante a navegação estrutural por blocos de código, funções, classes e menus internos, causando interrupções de leitura e comportamentos inconsistentes da ferramenta.

Essas observações demonstram que, apesar do suporte formal a tecnologias assistivas, o VS Code não oferece um ambiente totalmente acessível na prática cotidiana, especialmente para quem depende exclusivamente de áudio. A discrepância entre o design visual e o retorno auditivo contraria princípios fundamentais estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão e pelas diretrizes WCAG, que reforçam a importância de oferecer mensagens perceptíveis, compreensíveis e funcionais para diversos tipos de deficiência. Assim, evidencia-se a necessidade de ferramentas complementares que ampliem a experiência do usuário de maneira mais acessível.

### **Considerações finais**

Os resultados obtidos mostram que, embora o Visual Studio Code represente um ambiente moderno e amplamente utilizado no desenvolvimento de software, seus recursos de acessibilidade ainda não atendem plenamente às necessidades de programadores cegos. As informações exibidas visualmente são muito superiores ao que é vocalizado pelos leitores de tela, e pela acessibilidade padrão existente, não garantindo uma navegação clara e autônoma. Essa limitação afeta diretamente a participação de alunos e profissionais cegos na área de tecnologia, podendo restringir seu

desenvolvimento acadêmico e suas oportunidades de atuação no mercado.

Nesse contexto, a proposta de criação de uma extensão acessível surge como uma solução relevante, pois busca complementar os recursos nativos do VS Code ao oferecer feedback auditivo contextualizado, descrição detalhada de erros, leitura estruturada dos blocos de código e integração com ferramentas de inteligência artificial adaptadas à vocalização.

Ao fortalecer a autonomia do usuário e reduzir a dependência de recursos externos, a extensão contribui não apenas para a melhoria da experiência individual, mas também para a democratização do acesso ao ensino e à prática da programação. Dessa forma, o desenvolvimento dessa ferramenta fortalece um ambiente mais inclusivo, promovendo a participação plena de pessoas com deficiência visual no campo da tecnologia.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

MICROSOFT. **Acessibilidade no Visual Studio Code**. Microsoft Learn, 2025. Disponível em: <<https://code.visualstudio.com/docs/editor/accessibility>>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Microsoft. Visual Studio Code. **Microsoft Learn**, 2025. Disponível em: <<https://learn.microsoft.com/pt-br/shows/visual-studio-code/>>. Acesso em: 5 de nov. 2025.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1**. World Wide Web Consortium, 2025. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

## O uso de impressão 3D como recurso adicional para alunos com deficiência visual

Flávio Roberto Mota<sup>54</sup>

### Introdução

Este projeto foi escolhido pela proximidade com o mestrado a ser desenvolvido no PPGE de Marília em Educação do seu autor, sendo direcionado para a realidade do desenho universal, visa utilizar um recurso desenvolvido sem o objetivo de acessibilidade direcionado para alunos com deficiência visual e baixa visão. O foco do projeto é desenvolver figuras e objetos 3D a partir de imagens, ilustrações e gráficos contidos nos livros didáticos como material complementar. Essa prática pode trazer vantagens em relação a processos tradicionais, especialmente em escolas que já tem implementado projetos como FabLabs ligados à cultura Maker. Como define Silva (2017, p. 15):

Laboratórios de fabricação são reconhecidos em siglas, marcas e nomenclaturas como *FabLab*, *Hacker Spaces*, *Maker spaces*, entre outros. Embora o termo *FabLab* seja o mais frequente e popular, o estudo das implicações sociais de artefatos computacionais em ambientes educacionais não está estritamente ligado à abreviatura. Dessa forma, laboratório de fabricação, laboratório de robótica, laboratório de prototipação, espaço educacional de fabricação, espaços de reciclagem tecnológica, estúdio ou, simplesmente, espaço de construção, denominam o lugar em que a atividade de criação é estimulada e permitida.

Há uma mudança no conceito original dos espaços maker nas escolas, que visam promover liberdade criativa e preparar alunos para a indústria 4.0, uma concepção de produção completamente baseada em tecnologias como impressoras, extrusoras que recebem arquivos digitais contendo as informações sobre aquilo que será produzido. Muitos desses espaços estão subutilizados, pois faltam profissionais qualificados para ensiná-los e até mesmo medo de quebra dos mesmos, a realidade é que existir um mecanismo de distribuição de arquivos 3D para impressão nas escolas pode incentivar o uso desses equipamentos.

embora os projetos *maker* proporcionem benefícios significativos, como o desenvolvimento de habilidades críticas e a promoção de uma educação mais

---

<sup>54</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília. [flavio.r.mota@unesp.br](mailto:flavio.r.mota@unesp.br)

dinâmica e relevante, a sua implementação em escolas públicas enfrenta desafios substanciais. Estes incluem limitações estruturais e financeiras, a necessidade de capacitação docente e o envolvimento da comunidade escolar. (Oliveira et al., 2024, p. 2)

A nossa intenção visa unir as diversas demandas existentes numa escola potencializando o atendimento à todas elas e criando uma rede inter relacional que permita desenvolver um ciclo virtuoso entre todos os elementos envolvidos, entendemos que professores, escolas, técnicos, alunos com e sem deficiência e universidades com seus alunos e pesquisadores podem se fortalecer, estreitar laços e desenvolver uma relação onde todos podem ganhar.

### **A Natureza das Fablabs e sua importância para o projeto**

Embora existam muitos FabLabs em escolas, existe uma porcentagem considerável delas que está longe de ser usada corretamente. Os gestores também têm receio de danificar equipamentos caros e também dificuldade em entender como usar os equipamentos para ajudar no ensino. Essa iniciativa pode incentivar escolas a treinar profissionais para criar materiais didáticos e aprender a usar e manter as máquinas. Haver uma rede de desenvolvimento de imagens 3D pode motivar professores a testar esses equipamentos para aprender que por sua vez permitirá não somente usar, mas adaptar arquivos para suas aulas.

Este movimento promove a ideia de que qualquer pessoa, independentemente de sua formação ou recursos, pode criar, modificar e reparar objetos e projetos com suas próprias mãos, utilizando tecnologias acessíveis e compartilhando conhecimento. Projetos desenvolvidos no âmbito da cultura *maker* podem ser realizados tanto em plataformas virtuais, onde a colaboração e a troca de ideias ocorrem *online*, quanto em espaços físicos conhecidos como *Makerspaces*, *Hackerspaces* ou *Fablabs* (Anderson, 2012). Esses espaços fornecem ferramentas, equipamentos e um ambiente colaborativo onde os indivíduos podem transformar suas ideias em realidade, promover a inovação e aprender na prática. As comunidades *maker* frequentemente se reúnem nesses espaços colaborativos para compartilhar recursos, conhecimentos e experiências. (Oliveira et al., 2024, p. 5).

As escolas podem implementar a modelagem em 3D de figuras dos livros didáticos, pois mesmo técnicos ou professores capacitados podem não ter conhecimentos artísticos suficientes para realizar semelhante tarefa. Por isso, a proposta é que os arquivos de impressão 3D sejam criados por uma equipe de estudantes de design, guiados por um orientador em laboratórios especializados nas

universidades. Essa equipe irá trabalhar em fotos, ilustrações e gráficos para transformá-los em arquivos 3D, que serão impressos nos Fab Labs das escolas.

As impressões podem incluir objetos 3D simples, como embarcações, veículos, construções, soldados, armas e reproduções de plantas e animais. Também é possível fazer modelagens em alto relevo de cenas importantes, como pinturas, retratos e mapas. Essas impressões tornam as matérias escolares mais próximas da experiência dos alunos, proporcionando interatividade e uma experiência tátil valorizada nas crianças. Elas existem há tempos e são desenvolvidas para fins comerciais, não pedagógicos. A tecnologia e o conhecimento para produzir esse tipo de recurso já estão disponíveis. A novidade é a aplicação dessa tecnologia no ensino. Para conectar os laboratórios de desenvolvimento de imagens 3D às escolas, pode-se usar a comunidade de código aberto dos FabLabs pela licença de Creative Commons, organizando as imagens com padrões para facilitar a localização. Os professores então poderão acessar, baixar e imprimir as imagens 3D.

As editoras podem proteger as imagens por causa do direito autoral, que muitas vezes é propriedade delas. Se isso dificultar o desenvolvimento de modelos 3D, o MEC deve exigir que as editoras permitam a reprodução das imagens em 3D nas imagens dos livros contemplados pelo edital do PNLD. Caso contrário, as editoras devem criar as versões em 3D para que as escolas possam baixar e imprimir. Acredita-se que as editoras optarão por ceder os direitos. Adotar esse sistema pode trazer vantagens, como permitir que os professores escolham quais imagens imprimir em 3D, evitando produção desnecessária e economizando em logística e distribuição.

### **Um investimento de longo prazo**

Levando em conta que muitos laboratórios de modelagem de imagens 3D podem ir aos poucos sendo abertos em diversas instituições para alimentar o banco de dados dentro da comunidade livre das FabLabs, a tendência é, com o tempo, ampliar as versões de imagens adaptando às necessidades de escolas, anos e matérias. De acordo com o IBGE (2023), existem cerca de 18,6 milhões de pessoas no Brasil com deficiência, incluindo 3,1% que têm dificuldade de enxergar. A maioria das crianças com deficiência, cerca de 95,1% das idades entre 6 a 14 anos, frequenta escolas. A produção de imagens 3D pode beneficiar não apenas deficientes visuais, mas também outros alunos com dificuldades de aprendizado e até mesmo aqueles sem deficiência.

Esses impressos em 3D podem tornar as aulas mais atraentes aumentando a capacidade de aprendizado dos alunos. Segundo Gardner (1995), todos nascemos com diversos potenciais e talentos que não se adaptam à cultura humana, resultando em diferentes tipos de inteligência. Essa ideia levou à teoria das inteligências múltiplas, que é importante na educação e ajuda a entender crianças que têm dificuldades de aprendizado na escola tradicional. Atualmente, reconhecemos cerca de 9 tipos diferentes de inteligência, incluindo linguística, musical, matemática-lógica, cinestésica-corporal, espacial, interpessoal, intrapessoal, naturalista e existencial. Cada tipo de inteligência pode ser desenvolvido com estímulos adequados. Na prática, isso significa que o modelo de aula tradicional pode não ser eficaz para todas as crianças. Usar diferentes abordagens, como imagens, ilustrações e figuras tridimensionais, pode melhorar o aprendizado e a atenção dos alunos.

### **Considerações finais**

Portanto, a proposta desse projeto é apresentar uma opção que não visa necessariamente reformular um objeto já existente e nem adaptá-lo, mas acrescentar a esse objeto existente um recurso complementar de maneira viável utilizando uma ferramenta que nos últimos anos já estava sendo implementada nas escolas e incentivando ao mesmo tempo, enquanto a matéria será ensinada com um recurso aliado bastante atrativo, também oferece ao recurso já implementado um novo significado e uma nova motivação que poderá despertar no corpo docente uma integração de maior qualidade.

### **Referências**

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na Prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf). Acesso em 10 set. 2025

OLIVEIRA, Danieli Soares de, et al. Cultura Maker na Educação: benefícios e desafios em iniciativas extracurriculares para escolas públicas. **Revista Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 1,10, p. 1-22, 2024.

SILVA, Rodrigo Barbosa e. **Para além do movimento maker: Um contraste de diferentes tendências em espaços de construção digital na Educação**. 2017. 241 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal do Paraná) - Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2816>. Acesso em: 11 abr. 2025.

## Aplicação da Leitura Fácil em slides de física óptica

Igor Augusto de Carvalho Godoi<sup>55</sup>

### Introdução

A promoção de ambientes inclusivos é um tema de constante debate em diferentes meios de nossa sociedade, pois infelizmente durante muitos séculos, certos grupos ficaram, propositalmente, desfavorecidos de valores e dignidades que a outros eram permitidos.

Dentro desta perspectiva surge a inclusão de pessoas com deficiência em postos de trabalho mais dignos, igualdade de acesso a espaços físicos, compartilhamento de informações em múltiplos formatos e participação completa em ambientes escolares.

Havendo nas escolas, meu atual ambiente de trabalho, estudantes com algum tipo de deficiência os professores precisam também estar mais capacitados para amparar a esse público, e oferecer um atendimento de qualidade para todos que ingressam a escola, tal como as mesmas oportunidades de desenvolvimento, considerando suas características.

Tendo esse contexto presente em minha rotina escolar, considerei por necessário realizar a revisão dos *slides* que produzo e utilizo em sala a fim de torná-los mais acessíveis aos meus alunos, principalmente aqueles que possuem algum tipo de deficiência que interfira em sua leitura e interpretação de textos, mas também sendo válido a demais alunos que possuem alguma dificuldade nessas áreas.

### Percurso metodológico

Embora a leitura esteja presente em quase toda a nossa rotina, ela se apresenta em diferentes níveis de complexidade e até mesmo de assertividade e nem todas as pessoas ao nosso redor possuem a mesma aptidão para transitar entre estas diferentes formas de escrita.

Em maio de 2025 um estudo coordenado pela Ação Educativa ouviu 2.554 brasileiros, e apresentou o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), o qual indica que apenas 35% da população entre 18 e 64 anos encontra-se ao nível consolidado de alfabetização (Educativa, 2025).

---

<sup>55</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência (PPGEc) da Faculdade de Ciências (FC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Bauru. [igor.godoi@unesp.br](mailto:igor.godoi@unesp.br)

A partir destes dados podemos estimar que em uma sala de 40 estudantes de Ensino Médio, com idades entre 15 a 17 anos, apenas 14 deles possuem proficiência para ler, interpretar e desenvolver uma atividade que possua um vocabulário específico da disciplina.

Em 2017 a Agência Brasil apresentou o levantamento que entre os anos de 2009 a 2014 o nível de proficiência dos estudantes brasileiros nas disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática encontrava-se em torno de 30% (Brasil, 2017), ou seja, destes 14 estudantes, em uma aproximação aumentada, apenas 4 tem a plena capacidade de desenvolver a atividade, assim sendo de 10% da turma.

Dado este alarmante panorama ao qual os docentes se encontram, cresce o sentimento de impotência frente aos diferentes problemas os quais eles devem administrar buscando que seus alunos concluam seus estudos da forma mais eficiente possível.

Como forma de aproximar os conteúdos dos níveis de leitura e interpretação dos alunos, a ferramenta da Leitura Fácil surge como um caminho promissor, que além de contemplar os percentuais citados na anteriormente também considera os dados sobre o crescimento de alunos com deficiência, apresentados na introdução deste trabalho.

A Leitura Fácil é um modo de escrita que permite a leitores de diferentes níveis acesso a uma informação escrita. Não apenas considerando estudantes com algum tipo de deficiência, mas também diferentes grupos.

Conforme as definições da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) a Leitura Fácil é ‘uma adaptação que facilita tanto a leitura quanto a compreensão’ (IFLA, 2012).

Comparado a outras ferramentas de adaptação de textos a leitura fácil se destaca por considerar a complementação do texto com imagens, o que também é uma abordagem muito utilizada dentro das Ciências da Natureza por considerar tópicos que muitas das vezes são desconhecidos de seus leitores ou elementos da natureza que não são visualizados sem o uso de equipamentos tecnológicos.

A partir do livro “*Lectura fácil: Métodos de redacción y evaluación*” de Óscar García Muñoz (Muñoz, 2012) foram observados os seguintes tópicos dentro do material escolhido: ortografia, gramática, vocabulário, estilo, imagens e tipografia composição do texto.

Quadro 1 - Comparativo das recomendações observadas e suas aplicações nos *slides*.

Recomendações Observadas	<i>Slides</i> em Leitura Fácil
<ul style="list-style-type: none"> <li>- É recomendado o uso de numerais, não sendo indicado escrevê-los por extenso;</li> <li>- Priorizar as ideias principais;</li> <li>- Expressar uma ideia por frase;</li> <li>- Utilizar uma linguagem coerente com a idade do leitor.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Isaac Newton e o Prisma Retangular</b></p>  <p>Em 1666 Isaac Newton percebeu que após passar por um prisma retangular um raio de luz se dividia em varias cores.</p> <p>Vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, indigo (azul escuro) e violeta foram as cores que Newton conseguiu perceber.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar um tamanho grande para as fontes;</li> <li>- Recomenda-se o uso de fontes claras;</li> <li>- Utilizar negrito ou sublinhado para enfatizar partes do texto;</li> <li>- Garantir o contraste entre o texto e o fundo.</li> <li>- Não incluir muita informação em cada página;</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Mãos a Obra</b></p>  <p><b>ETAPAS:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pinte a impressão igual a imagem ao lado</li> <li>2. Recorte a impressão</li> <li>3. Cole a impressão sobre o pedaço de papelão</li> <li>4. Faça dois furos no papelão</li> <li>5. Passe um pedaço de barbante pelos dois furos</li> <li>6. Amarre as pontas do barbante</li> </ol>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar palavras mais curtas e fáceis;</li> <li>- Utilizar vocábulos mais próximos aos do cotidiano;</li> <li>- Evitar conceitos abstratos, se necessário complementar com ilustrações de exemplo.</li> <li>- Utilizar imagens de apoio que sejam objetivas e fáceis de entender;</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Meios Transparentes</b></p> <p>Meio Transparente é um meio que permite a passagem da luz e é possível ver perfeitamente de outros objetos através desse corpo.</p>  <p>Janela de vidro são exemplos de meios transparentes</p>

Fonte: Autoria própria, 2025.

## Resultados e discussão

Após a revisão do material da aula adaptando-o a partir da ferramenta da Leitura Fácil percebo o quanto se pode explorar no quesito de objetividade das informações e clareza dos slides, pois mesmo tentando ser específico nas informações apresentadas percebi que o material possuía trechos com um grau de complexidade linguística acima dos que algum dos meus alunos poderiam compreender.

Considerando que estes slides foram aplicados em uma turma que possuía alguns alunos

diagnosticados com autismo, percebo o quanto pode ter sido para eles desafiador entender alguns termos e relacionar alguns conceitos com as imagens apresentadas.

Claro que a proposta não é que os slides sejam lidos sem o acompanhamento da explicação do professor, mas como material de consulta fica muito mais fácil aos alunos, até mesmo os que faltaram no dia, realizar a sua leitura e absorver o essencial do que foi apresentado em sala.

### Considerações finais

Concluo então que a partir das problemáticas apresentadas, aumento de estudantes com deficiências em sala de aula e elevados índices de alfabetismo incompleto, e do caminho sugerido, recurso da Leitura Fácil, as adaptações aplicadas nos slides são uma opção muito significativa para o desenvolvimento de aulas mais inclusivas e por tanto mais significativas para a vida dos alunos, principalmente durante este período da adolescência que já possui muitas dificuldades a serem superadas.

### Referências

BRASIL, Agência (org.). **Estudantes erram mais em química, física e matemática no Enem: taxa de acertos nas três disciplinas é menor do que 30%**. Taxa de acertos nas três disciplinas é menor do que 30%. 2017.

Disponível em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/estudantes-erram-mais-em-quimica-fisica-e-matematica-no-enem#:~:text=Taxa%20de%20acertos%20nas%20tr%C3%AAs%20disciplinas%20%C3%A9%20menor%20do%20que%2030%25&text=As%20provas%20do%20Enem%20ser%C3%A3o,em%20f%C3%ADsica%2C%20de%2026%25>.

Acesso em: 09 jul. 2023.

EDUCATIVA, Ação. **Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do Inaf**. Disponível em:

<https://acaoeducativa.org.br/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf/>. Acesso em: 12 nov. 2025

IFLA. **Directrices para Materiales de Lectura Facil**. Madrid: Creaccessible, 2012.

MUÑOZ, Óscar García. **Lectura fácil: métodos de redacción y evaluación**. Madrid: Centro Español de Documentación Sobre Discapacidad, 2012. Disponível em:

<https://www.plenainclusion.org/sites/default/files/lectura-facil-metodos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.